



# O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em Santa Maria / Rio Grande do Sul: a perspectiva do Serviço Social



Caroline Goerck  
Cristina Kologeski Fraga  
Fabio Jardel Gaviraghi  
Sheila Kocourek



**Autores**

Caroline Goerck  
Cristina Kologeski Fraga  
Fabio Jardel Gaviraghi  
Sheila Kocourek

**O Programa de Economia Solidária em  
Desenvolvimento em Santa Maria / Rio Grande do  
Sul: a perspectiva do Serviço Social**

1a. Edição

Bagé, RS  
Editora Faith  
2019

**Título:** O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em Santa Maria / Rio Grande do Sul: a perspectiva do Serviço Social

**Autores:** Caroline Goerck, Cristina Kologeski Fraga, Fabio Jardel Gaviraghi, Sheila Kocourek

**Capa: e Diagramação:** Editora Faith

1a. Edição, ©2019, todos os direitos reservados aos autores e organizadores, sob encomenda à Editora Faith Ltda.

**ISBN:** 978-85-68221-40-2

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 O programa de economia solidária em desenvolvimento em Santa Maria / Caroline Goerck, Cristina Kologeski Fraga, Sheila Kocourek; Fabio Jardel Gaviraghi; -- Bagé,RS:Faith, 2019. 80p.

ISBN: 978-85-68221-40-2

1. Economia                    2.Santa Maria,RS  
3. Serviço Social        4.Desenvolvimento  
I.Goerck, Caroline  
II.Fraga, Cristina Kologeski  
III.Gaviraghi, Fabio Jardel  
IV.Kocourek, Sheila  
V.Título

CDU330(816.5)

Ficha catalográfica elaborada por Dayse Pestana – CRB10/1100

E-book disponível em: [www.editorafaith.com.br](http://www.editorafaith.com.br)

**Direção Geral**  
Caroline Powarczuk Haubert

**Revisão**  
Organizadores

## **Corpo Editorial**

Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida - UFMT  
Prof. Dr. Dejalma Cremonese - UFSM  
Profa. Dra. Elisângela Maia Pessoa - UNIPAMPA  
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - UFPEL  
Prof. Dr. Gabriel Sausen Feil - UNIPAMPA  
Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi - PUC-RS  
Prof. Dr. Ronaldo B. Colvero - UNIPAMPA  
Profa. Dra. Simone Barros Oliveira - UNIPAMPA  
Profa. Dra. Sheila Kocourek - UFSM  
Prof. Dr. Edson Paniagua - UNIPAMPA  
Profa. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro – UFPEL  
Profa. Dra. Danusa de Lara Bonoto – UFFS  
Profa. Dra. Érica do Espírito Santo Hermel – UFFS  
Prof. Dr. João Carlos Krause – URI  
Prof. Dr. Márcio Marques Martins -UNIPAMPA  
Prof. Dr. Marcos BARros - UFPE  
Profa. Dra. Paula Vanessa Bervian – UFFS  
Profa. Dra. Sandra Nonenmacher – IFFAR

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1 - Economia Popular Solidária no Brasil .....</b>	<b>13</b>
1.1. Serviço Social e a Economia Popular Solidária .....	16
<b>Capítulo 2 - Trajetória Metodológica da Pesquisa .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 3 - Instituições de Apoio Vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento na Região Central do RS .....</b>	<b>25</b>
3.1. Experiências de Economia Popular Solidária na Região Central do Rio Grande do Sul .....	31
3.2. Características dos Trabalhadores .....	51
3.3. Processo de Trabalho e Gestão nas Experiências Coletivas Pesquisadas.....	58
3.4. Gestão nas Experiências Pesquisadas .....	63
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>70</b>
<b>Referências .....</b>	<b>78</b>

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Sexo dos trabalhadores das experiências pesquisadas .....	45
<b>Tabela 2:</b> Tipos de Produtos e Serviços.....	47

## Introdução

Eu acordo prá trabalhar  
Eu durmo prá trabalhar  
Eu corro prá trabalhar  
Eu não tenho tempo de ter  
O tempo livre de ser  
De nada ter que fazer  
É quando eu me encontro perdido  
Nas coisas que eu criei  
E eu não sei  
Eu não vejo além da fumaça  
O amor e as coisas livres, coloridas  
Nada poluídas  
Ah, Eu acordo prá trabalhar  
Eu durmo prá trabalhar  
Eu corro prá trabalhar  
(PARALAMAS DO SUCESSO)

O processo de trabalho que envolve o capitalismo tem o objetivo de acumular e centralizar capital, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos, comumente não é constituído pela autorrealização e identificação dos trabalhadores diante dos processos de produção e gestão<sup>1</sup>. Frente à reestruturação do capital, acirra-se a alienação e a precariedade das condições e relações de trabalho. Dessa forma, os trabalhadores possuem uma rotina de trabalho exaustiva, em que o trabalho acaba sendo o centro de suas vidas, sem tempo livre para o lazer, para o amor, para as coisas livres e coloridas da vida, como exposto na música dos Paralamas do Sucesso, na epígrafe acima.

---

<sup>1</sup> A gestão é compreendida, neste estudo, como a forma em que os empreendimentos populares e coletivos se organizam e direcionam o processo de decisão e execução do trabalho nos empreendimentos.

No final do século XX emergem experiências/grupos associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, por meio da economia popular solidária, como uma das possíveis formas de resistência dos sujeitos às manifestações da questão social – entre elas, a falta de empregos formais. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas dos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela reestruturação do capital. É manifestada por cooperativas, associações e grupos de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores.

Essas experiências expressas em alternativas de geração de trabalho e de renda acentuaram-se por meio do incentivo da sociedade civil, organizações governamentais e incubadoras universitárias, sendo que os empreendimentos coletivos são constituídos frequentemente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho. Percebem-se, então, essas experiências, num primeiro momento, como uma das alternativas dos sujeitos para gerar trabalho e renda.

Enfatiza-se, ainda, que, ao mesmo tempo em que estas experiências coletivas podem se constituir em formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social – entre elas, o desemprego –, estes empreendimentos e seus respectivos programa e política social são compreendidos também, como estratégias do próprio sistema e do Estado, para atenuar os conflitos de classe, mantendo e reproduzindo o *status quo*.

Ao estarem excluídos do mercado formal de trabalho, pode-se mencionar que estes trabalhadores também estão inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é inerente a este modo de produção. A exclusão na produção de bens e serviços ocorre também por meio da inclusão no sistema, sendo que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também se configura como uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (YAZBEK, 2001).



Tem-se como compreensão, também, que esses empreendimentos podem caracterizar a precarização do trabalho coletivo, uma vez que os sujeitos geralmente não possuem acesso aos direitos trabalhistas.

Pode-se salientar que o trabalho realizado nesses empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, em algumas experiências possivelmente agrega princípios que potencializam o processo de trabalho e, normalmente, não são proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema, algo que pode ser averiguado por meio desta pesquisa, através das entrevistas realizadas com os trabalhadores.

Os mencionados princípios, que foram originados pelos Precursores do Cooperativismo no século XVIII e XIX na Europa, estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados. Estes, por sua vez, de forma democrática “poderiam” definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente. Mediante a operacionalização desses princípios nos processos de produção e gestão, os sujeitos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras no cotidiano de trabalho, bem como alcançar um novo patamar de politização e participação social.

Desta forma, apesar de se compreender e perceber outros elementos que estão para além do aspecto econômico, como a forma igualitária de repartição das sobras, não se compreende a Economia Popular Solidária nem com excesso de otimismo, nem com pessimismo, pois se opta pelo realismo analítico, respaldado no método dialético-crítico.

Por isso ressalta-se, ainda, que esses empreendimentos coletivos necessitam de instituições de apoio, políticas e programas sociais que os assessoram e os financiam, visando as suas permanências e viabilidades

econômicas no mercado. Com base nesta perspectiva, desde 2003, o então governo federal Lula, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira.

Além disso, a Senaes lançou o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, que pretende uma ampliação da estratégia de ação regional/territorial do governo federal. Tal estratégia, nos últimos anos, ganhou fôlego e consistência para a ampliação das opções de geração de emprego e renda, tendo o território como protagonista do processo de desenvolvimento e respeitando-se as potencialidades e vulnerabilidades dos ecossistemas regionais<sup>2</sup>.

Durante o período de 2003 a 2016, o governo federal investiu relevante apoio junto à temática. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) – vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego - desenvolveu diversas ações que objetivaram o apoio aos empreendimentos de economia e solidária, através de programas criados a partir da própria secretaria ou se aliando aos já existentes de outras secretarias, de forma transversal.

A partir do início do segundo governo Dilma, o segmento assistiu à diminuição de investimentos financeiros. A mudança do governo, imposta pelo impeachment, ocasionou a destituição da gestão da Senaes, no dia 4 de novembro de 2016, tendo sido a mesma extinta.

Porém, manteve-se a intencionalidade de analisar, por meio desta pesquisa, a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a continuidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda. Foram estudadas experiências assessoradas-incubadas, entre os anos de 2010 e 2012, por instituições vinculadas a este Programa, no Rio Grande do Sul (RS), principalmente na cidade de Santa Maria e na região Central do Estado.

---

<sup>2</sup> <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-4.htm>> Acesso em 11 de maio de 2012.

Salienta-se que esta pesquisa foi diretamente relacionada com demandas prioritárias, à época, pelo governo federal, no que se relaciona ao processo de geração de trabalho e renda no Brasil e seu respectivo programa social, sendo que contou com o incentivo financeiro Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES N º 02/2010, na modalidade Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, a qual se agradece ao CNPq pelo inestimável apoio financeiro à pesquisa que deu origem a esse livro.

Para a realização da pesquisa, foram aprofundadas as abrangências conceituais de três categorias teórico-temáticas, definidas anteriormente na pesquisa de campo. As categorias teórico-temáticas pré-definidas a este estudo foram: Trabalho, Renda e Programa Social.

Nesta direção, a pesquisa possuía a questão central como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinha contribuindo para a continuidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, que estavam sendo assessoradas-incubadas por instituições vinculadas a esse Programa no Rio Grande do Sul? Para responder a esse questionamento, definiu-se como objetivo geral analisar como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinha contribuindo para a continuidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, que estavam sendo assessoradas-incubadas por instituições vinculadas ao Programa no Rio Grande do Sul, com vistas a contribuir para o aprimoramento desse programa social. Já os específicos constituíram-se em: verificar quais eram as instituições que vinham assessorando as experiências de geração de trabalho e renda, no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, com vistas a mapeá-las no referido Estado; identificar quais eram as características socioeconômicas dos sujeitos que integravam as experiências de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e, que estavam sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, para desvelar as condições de vida desses trabalhadores; averiguar quais eram as experiências de geração

de trabalho e renda, no Rio Grande do Sul, e, que estavam sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária, com vistas a mapeá-las no referido Estado; e, por fim, investigar como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinha sendo implantado no Rio Grande do Sul, com vistas a contribuir para o processo de implantação desse programa no Estado.

A pesquisa foi realizada tendo como embasamento e leitura da realidade o Método Dialético-Crítico, utilizando-se as seguintes categorias teórico-metodológicas: historicidade, totalidade e contradição. Estas categorias metodológicas nortearam a pesquisa bibliográfica, a coleta e a análise de informações obtidas pelos trabalhadores e instituições e a elaboração do relatório. O enfoque qualitativo foi predominante neste estudo, embora se tenham levado em consideração, também, os dados quantitativos.

Nesse sentido, o livro é composto, num primeiro momento, pelo referencial teórico relacionado com o tema, suas categorias teórico-temáticas e teórico-metodológicas, sem deixar de discorrer sobre o Serviço Social junto à economia popular solidária, tendo em vista ser essa a perspectiva das autoras e do autor deste livro. Em seguida é introduzida a Economia Popular Solidária no Brasil e a seu respectivo programa social que se materializou em uma política social em âmbito federal.

Na sequência é explanada a metodologia utilizada para a realização deste estudo. Posteriormente são apresentados os resultados da pesquisa realizada, de modo que são caracterizados os cinco empreendimentos analisados, as instituições que os apoiaram e os trabalhadores inseridos. Ainda são apresentados os resultados acerca da organização das atividades realizadas pelos sujeitos diante do processo de trabalho. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste livro, contemplando de forma sintetizada os questionamentos propostos ao estudo.

# Capítulo 1

## Economia Popular Solidária no Brasil

A atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos que, comumente, estão à margem do mercado formal de trabalho.

O término do século XX e limiar do XXI são cenários de acentuadas transformações que envolvem o processo de trabalho, com suas respectivas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Experiências coletivas que culminaram neste período, por meio de cooperativas, associações e grupos de trabalho para gerar renda diante das manifestações da questão social.

A pobreza<sup>3</sup> - uma das manifestações de desigualdade da questão social - é um fenômeno mundial. Salienta-se que, além das velhas formas estocadas de exclusão social nos países periféricos, com a Reestruturação do Capitalismo, surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos - emergentes - outra forma de exclusão social. Essas novas exclusões sociais são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços, do mercado formal de trabalho, da terra, da segurança, dos direitos humanos (REIS, 2002).

Outro aspecto relevante está relacionado à inserção das mulheres nos postos de trabalho, principalmente desde a segunda metade do século XX. O trabalho feminino, porém, é histórico e comumente mais precário do que o masculino, mesmo com o aumento da inser-

---

<sup>3</sup> Pobreza compreendida como carência de renda, bem como de acesso a direitos, possibilidades e alternativas (YAZBEK, 2001). No aspecto financeiro, é caracterizada pelos sujeitos que não conseguem suprir por meio de seus rendimentos familiares a cesta básica de alimentos, mas também os demais produtos e serviços necessários a sua sobrevivência, que envolvem saúde, educação, habitação, entre outros.

ção das mulheres no mercado de trabalho. Salienta-se ainda que tanto o desemprego, como também as demais responsabilidades que estão “atribuídas” socialmente às mulheres, como a maternidade e cuidado com o desenvolvimento dos filhos, constituem-se em motivos que possivelmente desencadeiam a inserção das mulheres em experiências de Economia Popular Solidária (TIRIBA, 2000) - mesmo que não de forma predominante.

Diante dessa realidade, de desemprego e de exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho - entre eles, o feminino - é que está se buscando alternativas de geração de trabalho e renda, bem como de modelos alternativos de desenvolvimento social - incentivados pelo Estado e pela sociedade civil - que reduzam as desigualdades sociais. Os novos protótipos de desenvolvimento podem ser observados sob o aspecto de que o desenvolvimento social significa desenvolvimento não desigual, e que visa a inclusão social de todos os sujeitos (DE PAULA, 2001).

Não se compreende neste estudo que a informalidade do trabalho coletivo consiste numa realidade satisfatória. Porém, se compreende, sim, que essa informalidade se constitui como uma das alternativas emergentes a esses trabalhadores em pleno século XXI.

Pode-se aludir que a Economia Popular Solidária é criada pelos próprios trabalhadores. Para que essas experiências coletivas fossem viabilizadas no Brasil, ocorreu uma parceria entre o Estado, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - vinculado ao Senaes - e outros setores governamentais, instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias.

Essas experiências coletivas, por sua vez, além da geração de renda, agregam princípios que norteiam os seus integrantes durante a realização do processo de trabalho, tais como: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização de diversidades, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção, cuidado com a preservação do meio ambiente, autoajuda, igualdade, solidariedade, entre outros

(CONFERÊNCIA..., 2006).

O que origina a criação desses empreendimentos é a necessidade, e depois a esperança de organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável. Para os trabalhadores, os diferentes significados da produção associada não são necessariamente excludentes, pode representar o privilégio de trabalhar próximo de casa, principalmente para as mulheres, significando a possibilidade de proteger os filhos pequenos, acolhendo-os no interior do processo de produção ou nas creches improvisadas (TIRIBA, 2000).

Assim, não se percebe as experiências de Economia Popular Solidária nesta pesquisa como um contraponto ao capitalismo. Porém, o processo de trabalho desenvolvido nessas mesmas experiências supracitadas tende a não compartilhar das mesmas intencionalidades contidas nos outros empreendimentos privados, como individualismo, concorrência, acumulação e centralização de capital. Compreende-se, também, que para que esses trabalhadores, comumente em situação de vulnerabilidade social, possam comercializar seus produtos e serviços, de certo modo, acabam reproduzindo a lógica do sistema, pois parte-se de um realismo analítico, que permeia este livro.

Como já exposto, a Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, até então apoiados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, possuíam a intencionalidade de regulamentar um Marco Legal. Ainda, além de possibilitar a legalização de grupos informais em associações e, principalmente, em cooperativas, objetivou incluir no sistema previdenciário brasileiro esses trabalhadores que estavam na total informalidade. Ressalta-se que esses sujeitos estão entre o trabalho assalariado e o trabalho autônomo.

O Plano Nacional de Qualificação, por sua vez, configurou-se como política pública criada para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promovedoras e qualificadoras, voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária no país. Pelo PNQ, a Economia Solidária pode ser vista como uma alternativa aos trabalhadores desempregados, como uma forma de autoemprego coletivo (T319 Ter-

mo de Referência em Economia Solidária, 2005). Entretanto, essa política contemplaria as mesmas características das demais políticas sociais públicas, que são fragmentadas, pontuais, compensatórias, setoriais e paliativas (DAGNINO, 2002).

### **1.1. Serviço Social e a Economia Popular Solidária**

Na sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum e a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte sociedade. Pode-se afirmar que o assistente social trabalha entre a produção da desigualdade e a produção da rebeldia e resistência (IAMAMOTO, 2015). Em síntese, o trabalho profissional dos assistentes sociais é realizado comumente com os segmentos sociais vulnerabilizados, que vivenciam cotidianamente as manifestações da questão social – desigualdade social, econômica, desemprego, entre outras.

As experiências que constituem a Economia Popular Solidária, também surgem num primeiro momento, como formas de resistência dos sujeitos às manifestações da questão social, mesmo que de uma forma que não rompa com a lógica do sistema. O Serviço Social contribui com os empreendimentos coletivos, tendo em vista o fortalecimento destes processos sociais, posto que se constitui como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e incluso no processo de (re)produção das relações sociais, tendo como objeto de trabalho a questão social e suas manifestações. Faz-se necessário, no entanto, que o assistente social articule os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária, com sua respectiva política social, bem como com as demais políticas sociais.

O projeto ético-político dos profissionais de Serviço Social, que possui como um dos seus pilares o Código de Ética de 1993, possui como um dos seus princípios fundamentais a luta pela ampliação e consolidação da cidadania. Esta é considerada tarefa primordial de



toda a sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, e revela-se como um dos princípios fundamentais a serem operacionalizados pela profissão (CFESS, 2002). O Serviço Social possui também, como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2002).

Para trabalhar com processos sociais, faz-se necessário que o assistente social decifre a sociedade contemporânea no marco das transformações que vêm alterando a economia, a política e a cultura da sociedade brasileira. Necessita-se de um repensar coletivo do exercício e da formação profissional, no sentido de construir propostas acadêmicas, técnicas e ético-políticas, respaldadas nos processos sociais em curso.

Como não existe cisão entre teoria e prática no trabalho profissional, torna-se importante a existência de produções científicas relacionadas com essa temática, tendo como perspectiva a busca do conhecimento e a aproximação dessa realidade ao exercício profissional do assistente social – com o intuito de contribuir para o mesmo.

A contribuição dos assistentes sociais nos empreendimentos de geração de trabalho e renda está sendo também realizada pelo processo de incubagem – por meio de projetos de extensão vinculados a universidades e/ou por órgãos e políticas públicas (Federação, Estado e Município). Para isso, se requer um profissional propositivo, criativo, investigativo e constante aprimoramento profissional (IAMAMOTO, 2015) que utilize no processo de trabalho as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa<sup>4</sup>, constituindo-se, assim, num profissional capaz de desvelar a gênese dos processos sociais e suas contradições – tendo como finalidade e

---

<sup>4</sup> Podem ser materializados pelos meios utilizados nos processos de trabalho: estratégias, conhecimento, instrumentos e técnicas, recursos utilizáveis.

intencionalidade contribuir para a transformação da realidade.

O assistente social, ao trabalhar com empreendimentos coletivos e solidários, compreende que a inclusão dos sujeitos em experiências associativistas e/ou cooperativistas e o aumento de suas rendas individuais, e, conseqüentemente, familiares, fazem com que os trabalhadores possivelmente saiam de um estágio de extrema exclusão e marginalização social. Frente a isto, torna-se relevante pesquisas como a apresentada neste livro.

## Capítulo 2

### Trajetória Metodológica da Pesquisa

A metodologia pode ser apreendida como o processo de coleta e análise das informações adotadas à abordagem da realidade, complementando respectivamente o referencial teórico (MINAYO, 2015). Este estudo utiliza como referência teórico-metodológica o método dialético-crítico. Este método possibilita a leitura da realidade de uma forma que se apreenda o real, analisando e percebendo também a base material que o constitui.

A dialética tem como características centrais a historicidade, a totalidade e a contradição, fundamentando-se no movimento, no constante devir (vir a ser), na relação estabelecida entre a afirmação e a negação dos fenômenos e processos sociais, gerando a transformação da realidade.

A dialética pode ser vista de uma forma que se pense e se apreenda a realidade, como essencialmente contraditória e em permanente transformação, sendo que o movimento no real ocorre por meio da oposição dos contrários (KONDER, 2010).

Este livro foi baseado na experiência de estudo que teve como delimitação espacial a região central do Rio Grande do Sul, tendo como amostragem os empreendimentos de Santa Maria. A presente pesquisa analisa cinco experiências coletivas.

O estudo possuía como problema de pesquisa a seguinte indagação: como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinha contribuindo para a continuidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, que estavam sendo assessoradas-incubadas por instituições vinculadas a esse Programa Social no Rio Grande do Sul?

As questões norteadoras do estudo foram as seguintes: quais eram

as instituições que vinham assessorando as experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento? Quais eram as características socioeconômicas dos sujeitos que integravam as experiências de geração de trabalho e renda, no Rio Grande do Sul, que estavam sendo assessoradas/incubadas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento? Quais eram as experiências pesquisadas, no Rio Grande do Sul, que estavam sendo assessoradas/incubadas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento? Como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinha sendo implantado no Rio Grande do Sul?

Para a realização da pesquisa foram utilizadas três categorias teórico-temáticas, definidas anteriormente à pesquisa de campo, sendo elas: trabalho, renda, e programa social.

A análise da pesquisa foi realizada sob enfoque qualitativo, embasado no método dialético-crítico, referido anteriormente. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas” (MINAYO, 2015, p. 22). Nesse sentido, pode-se enfatizar que a abordagem qualitativa busca desvelar os significados dos fenômenos e processos sociais vivenciados pelos sujeitos. Assim, este estudo visou compreender – e não simplesmente quantificar – a realidade dos sujeitos e de seus respectivos empreendimentos coletivos.

A abordagem quantitativa foi utilizada para complementar e dar representatividade aos dados qualitativos, sendo caracterizada pela objetividade e pelos dados concretos, servindo assim de sistematização e fundamentação ao conhecimento produzido pela abordagem qualitativa. Os dados quantitativos e qualitativos se complementaram (MINAYO, 2015).

Esta pesquisa foi desenvolvida com base nos pressupostos éticos necessários para a qualidade da coleta e posterior análise das informa-

ções e dados. Faz-se necessário a postura ética na produção de conhecimento científico, de modo que os sujeitos que foram entrevistados tivessem reservados os seus direitos, como por exemplo, o sigilo, a preservação da identidade, o direito de não querer participar do estudo, a obtenção do retorno da produção de conhecimento científico após a sua finalização, entre outros. Para isto, antes da realização das entrevistas com os trabalhadores das experiências de Economia Popular Solidária, e, anteriormente, também, a aplicação dos questionários aos profissionais vinculados às instituições que estavam assessorando esses empreendimentos coletivos, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, juntamente com as informações que foram transmitidas.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi utilizado com vistas a elucidar aos sujeitos sobre a finalidade do estudo, bem como sobre o sigilo profissional. O documento também se refere à importância da participação e colaboração dos associados e cooperados às entrevistas, e à importância da devolução dos questionários respondidos pelas instituições, objetivando suas autorizações à realização da pesquisa<sup>5</sup>.

Em seguida ocorreu um resgate de materiais já produzidos ou pesquisados. Assim, com enfoque qualitativo, foi realizado um aprimoramento na revisão bibliográfica referente ao problema e ao tema de pesquisa, visando compreendê-los, observando suas historicidades, totalidades e contradições existentes, como também a análise e fichamento dessas fontes.

Posteriormente foi realizado um levantamento das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária, em desenvolvimento, que desenvolviam atividades de assessoria ou apoio a grupos coletivos de geração de trabalho e renda nos municípios da região Central do RS. Os levantamentos foram efetuados por intermédio de

---

<sup>5</sup> Para que este estudo fosse concretizado, foi encaminhado ao Comitê de Ética da UFSM o projeto de pesquisa, que foi aprovado nas suas respectivas instâncias.

ligações telefônicas e contato via e-mails, onde se mapeou três instituições. Após o mapeamento das instituições e suas respectivas experiências assessoradas, via programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, para este estudo foram eleitas 5 experiências populares de geração de trabalho e renda no município de Santa Maria, que estavam sendo assessoradas entre 2010 e 2012 pelas instituições mapeadas e que possuíam vínculo com o Programa de Economia Solidária.

No que tange aos empreendimentos pesquisados, um deles estava situado na Zona Rural de Santa Maria, e os demais se encontravam na Zona Urbana da cidade. Durante a realização da coleta de informações, no início das entrevistas efetivadas, foi apresentado aos responsáveis/líderes das experiências e demais trabalhadores das cooperativas e associação, um Termo de Consentimento, conforme mencionado anteriormente.

Entre março de 2011 e setembro de 2011, realizou-se a coleta das informações por intermédio da seguinte instrumentalidade: aplicação de dois formulários de pesquisa, estruturados com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. Nas questões abertas, os associados e cooperados podiam responder livremente as perguntas, mas nas questões fechadas, os sujeitos só podiam optar por uma resposta. A aplicação dos formulários foi realizada por meio da técnica de entrevistas.

As entrevistas também foram realizadas mediante a amostragem não probabilística - designada de amostra intencional. Foi escolhido esse tipo de amostragem devido ao fato de que as aproximações sucessivas foram sendo estabelecidas conforme o acesso aos sujeitos, totalizando 12 entrevistas. Ou seja, os trabalhadores eram entrevistados de acordo com a possibilidade de acesso<sup>6</sup>.

O primeiro formulário integrado por 25 questões foi aplicado às

---

<sup>6</sup> N. E. - Durante o período da coleta de dados os trabalhadores estavam trabalhando e não ficavam necessariamente na sede das experiências, fator que limitava a possibilidade de estabelecimento de outro tipo de amostragem.

lideranças das 4 experiências investigadas. O segundo formulário, composto por 28 questões, foi aplicado, também, por meio da técnica de entrevistas, porém, aplicado tanto às lideranças, como também aos demais trabalhadores integrantes das cooperativas e da associação.

Outra técnica utilizada para a coleta de informações, foi o envio de questionários às instituições que assessoravam essas experiências, por meio do roteiro com 20 questões. Juntamente com o envio dos questionários, também foi enviado o termo de consentimento livre e esclarecido, para os representantes das instituições que responderam aos questionários.

Para a realização da análise de dados, foram utilizadas, pelos autores, técnicas que permitissem interpretar as respostas emitidas pelos sujeitos. Para a sistematização e interpretação dos dados qualitativos coletados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. Pela análise de conteúdo, pode-se encontrar respostas às questões que se pretendia desvendar na pesquisa.

Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, baseada em Bardin (2011). Essa técnica foi operacionalizada por meio de três etapas: a) Pré-análise: constituída pela Leitura Flutuante, Constituição do Corpus e Formulação de Hipóteses e Objetivos. Nesta etapa são formuladas as unidades de registro, constituídas por palavras-chave, expressões e/ou frases. Também são estruturadas unidades de contexto, designadas pela delimitação do contexto social ou teórico, que agrega a unidade de registro, pela organização e preparação do material; b) Exploração do material: consiste basicamente na codificação dos dados coletados. Nesta etapa, podem emergir categorias empíricas, ou seja, aquelas que são oriundas da análise de campo, que podem ser acrescentadas às categorias teóricas; c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados. Nesta fase se dará significação e interpretação aos dados coletados, fazendo uma mediação com a teoria que fundamenta a pesquisa.

Foi utilizada também, para complementar a análise qualitativa,

a codificação dos dados quantitativos, por meio da tabulação simples. A tabulação simples “consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto” (GIL, 1999, p. 169). Nessa direção, tabelas foram utilizadas para dar representatividade à sistematização dos dados quantitativos.



### Capítulo 3

## Instituições de Apoio Vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento na Região Central do RS

Este capítulo possui como finalidade apresentar a análise referente à realidade pesquisada, abordando a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, que eram assessorados pelas instituições que possuíam vínculo com o referido programa na Região Central do Rio Grande do Sul, com enfoque para a cidade de Santa Maria.

A partir de uma listagem obtida por meio da Senaes, constataram-se três instituições conectadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento que prestavam assessoria a empreendimentos coletivos, na região central gaúcha. Ressalta-se que o município foco deste estudo é considerado um polo de Economia Popular Solidária no Brasil e na América Latina.

Constatou-se que a implementação do programa se deu de forma muito limitada e residual no período pesquisado, de forma que não houve condições de aprimorá-lo devido à extinção do mesmo no ano de 2016. Observou-se uma quantidade pequena de instituições associadas ao programa, seja pela dificuldade na obtenção de recursos ou pela persistência dos grupos informais existentes na região, que, mesmo estando apoiados por instituições vinculadas ao Programa, continuavam na informalidade<sup>7</sup>.

Outra questão relevante estava atrelada ao fato de que alguns desses empreendimentos denominados por Economia Popular Soli-

---

<sup>7</sup> Sendo que um dos objetivos do programa é formalizar e legalizar estes empreendimentos.

dária não se constituíam dessa forma, mas estavam direcionados exclusivamente para a geração emergencial de renda.

Em relação à organização das instituições menciona-se que a instituição A foi fundada no ano de 2002, constituindo-se numa entidade de assistência social, sem fins lucrativos e que tinha como objetivo principal promover ações de voluntariado e de solidariedade, apoiando grupos e comunidades organizadas, com vistas à promoção do desenvolvimento local. Dentre outras atividades, a referida instituição desenvolvia, em Santa Maria, o Projeto Brasil Local, assessorando grupos de economia popular solidária e proporcionando momentos de formação aos trabalhadores dos empreendimentos.

A propósito, o vínculo da Instituição A com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento se deu por meio do Projeto Brasil Local<sup>8</sup>. Elucida-se que a equipe do Brasil Local era constituída por uma coordenação nacional, coordenadores estaduais e agentes de desenvolvimento os quais atuavam em duas linhas. Uma dessas linhas era estabelecer parcerias com os três níveis de governo e com a sociedade civil organizada e, a outra era para mobilizar a comunidade. Era um elo entre políticas públicas, entidades não-governamentais e trabalhadores que eram alavancados pela ação dos Agentes de Desenvolvimento do Brasil Local. Destaca-se que esse Projeto trabalhava com o fomento de grupos, não sendo repassado de forma direta o recurso financeiro às experiências.

O Agente de Desenvolvimento do Brasil Local era aquele que atuava nas comunidades, identificava as potencialidades e dificuldades que eram enfrentadas pelos pequenos empreendedores, buscando soluções por meio da constituição de parcerias. Ao todo, o Brasil Local chegou a contar, em 2012, com 510 agentes, presentes nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo que no RS eram 35 agentes contratados.

---

<sup>8</sup> O Projeto Brasil Local tinha como objetivo promover o desenvolvimento local por meio de fomento à constituição de empreendimentos e o fortalecimento daqueles já existentes – por intermédio do acompanhamento de agentes de desenvolvimento solidário.

Por meio do estudo, verificou-se que a Instituição B atuava de forma integrada com a Cáritas Regional – RS. A Cáritas surgiu após a articulação de grupos de estudo sobre o livro “A Pobreza, Riqueza dos Povos” do autor africano Albert Tévoèdjeré. O estudo iniciou em 1982 e, em 1985, foram criados os primeiros PACs (Projetos Alternativos Comunitários), que já se respaldavam em princípios de solidariedade, geração de trabalho e renda, associativismo e cooperativismo. Diante disso, em 15 de agosto de 1987, foi criado o Projeto Esperança, articulando as experiências de EPS (Economia Popular Solidária), no meio urbano e no rural.

A Instituição B tinha vínculo com o Programa de Economia Solidária desde 2003. Possuía dois segmentos, uma central de cooperativas e um projeto. A Cooperativa constituiu-se em uma rede que congregava e articulava os grupos organizados, e viabilizava a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos solidários do campo e da cidade. Já o projeto buscava contribuir com a Economia Popular Solidária e com a inclusão social por meio de alternativas concretas de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano, solidário e sustentável e da “reinvenção da economia”, colocando o trabalho acima do capital, e formando sujeitos para o pleno exercício da cidadania.

**A principal atividade da Instituição B era os feirões colônias realizados todos os sábados, no Centro de Referência de Economia Solidária de Santa Maria<sup>9</sup>. Identificou-se que o Feirão Colonial era gerido de forma colegiada, participativa e interativa entre a Equipe da Instituição B e os grupos associados. Nesse espaço, portanto, ocorria a comercialização direta - entre o produtor organizado e o consumidor - dos produtos, comportando uma série de empreendimentos como associações, cooperativas, grupos informais, rurais ou urbanos.**

Além das feiras semanais, a Instituição B realizou várias feiras,

---

<sup>9</sup> Este centro foi criado no ano de 1992, com a participação dos produtores, associados e consumidores, organizados na região central do RS.

congressos, seminários, entre outros eventos regionais, nacionais e internacionais. Um dos eventos foi a Feira Internacional de Economia Solidária, do Mercosul e da América Latina que ocorre desde 1994 e completou, em 2012, a sua 19ª Edição. Esses eventos eram articulados com a Senaes/MTE, IMS (Instituto Marista Solidariedade), FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), bem como com os Fóruns Estaduais e Regionais. Destacam-se também a Mostra da Biodiversidade, a Feira da Primavera, grupos de estudo temáticos, entre outros espaços e eventos que eram articulados pela Instituição B.

Já a Instituição C atuava no campo da economia solidária desde sua fundação no ano de 1995, ligando-se ao programa em 2004. No ano de 2009, a referida instituição assume a proeminência do Projeto Nacional de Comercialização Solidária, tendo como atividades as feiras de Economia Solidária em âmbito internacional, estadual e microrregional. Além das feiras, esse projeto ainda teve como meta a realização de pesquisas em Economia Solidária; adequação de Empreendimentos Econômicos e Solidários para adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) e às capacitações.

Uma das principais ações desenvolvidas pela Instituição C eram as feiras de economia solidária e processos de formação, utilizando-se da metodologia da educação popular como forma de dialogar a teoria com base na prática cotidiana. Nesse sentido, buscavam-se a participação dos empreendimentos em todos os processos na organização, gestão, realização, prestação de contas. A instituição presava pela autogestão como um princípio para a realização da atividade, desenvolvendo os seguintes programas institucionais: programa de fomento à economia popular solidária e ao consumo consciente; programa de cidadania, cultura e educação popular; programa de fortalecimento institucional; programa de convivência e sustentabilidade.

A Instituição C prestava assessoria aos empreendimentos através do Projeto Nacional de Comercialização Solidária (PNCS). Este consistia em uma ação promovida pelo governo federal visando pre-

parar a Economia Solidária rumo ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, desenvolvendo ainda o trabalho de adequação de 140 empreendimentos para esse Sistema. Para a capacitação dos empreendimentos, o PNCS contou com o apoio de diversas parcerias, incluindo instituições e projetos. Entre eles a Instituição B<sup>10</sup>.

Constatou-se, portanto, que das instituições mapeadas, as Instituições C e B vincularam-se ao programa logo no início de sua implantação, em 2003 e 2004, respectivamente; a instituição A, por sua vez, aparceirou-se ao programa no ano de 2010, quando iniciou suas atividades frente o projeto Brasil Local.

Ressalta-se também que o vínculo entre as instituições e o programa se deu de forma distinta. A instituição C teve vínculo com a Senaes/MTE por meio do Projeto Nacional de Comercialização Solidária, que iniciou em 2009. A instituição A foi aparceirada ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por estar encarregada de executar uma de suas atividades. Já a instituição B vinculou-se com a Senaes e com o referido Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, relacionada com a promoção de Feiras de Economia Popular Solidária.

Em relação aos critérios para a manutenção da parceria com o programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, as instituições mostravam que estavam alinhadas com os objetivos do Programa de Economia Solidária, como, por exemplo: Articulação Local, estrutura, equipe, autogestão, parceria entre Governo e Sociedade Civil. Norteadas por esses objetivos, as instituições desenvolveram o processo de assessoria/incubação.

A instituição A prestava assessoria acompanhamento na formação dos grupos e agentes do Brasil Local. A Instituição B buscou construir em conjunto a organização e realização das feiras. Já na Instituição C, esse processo se deu a partir da demanda de um grupo

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://sites.marista.edu.br/ims/2011/01/28/fortalecimento-da-comercializacao-solidaria-continua-em-2011/>> Acesso em 21 de novembro de 2011.

interessado na participação do projeto, em que após uma breve formação sobre os princípios da economia solidária, aconteceu a iniciação desse empreendimento nas feiras. Vale ainda ressaltar que todas as instituições participavam do conselho, feiras e fórum de economia solidária, possibilitando uma integração entre as três instituições na região.

Em relação à contribuição do trabalho realizado pelas instituições, todas afirmaram que contribuía para a continuidade (permanência, manutenção e viabilidade) das experiências pesquisadas. A instituição A evidenciou a melhoria de qualidade de vida das famílias que assessorava, tanto em relação à renda como também à autoestima. A instituição B, por sua vez, reconheceu que, por meio da política de comercialização, contribuiu com o fomento das atividades voltadas para o reconhecimento do sujeito na economia solidária. Visto que a Instituição C integrava grupos de diferentes etnias como quilombolas e indígenas, além da população rural e urbana de Santa Maria e Região, destacou a importância da integração entre esses diversos segmentos populacionais e, também, a reflexão que era desenvolvida pelo processo de trabalho nos grupos. Tendo em vista o processo de trabalho, todas as instituições afirmaram que o trabalho de assessoria prospectou a autogestão.

Após elencarmos as constatações das instituições vinculadas ao Programa, verificou-se que elas reconhecem a sua importância no que se refere a vir a tornar-se uma política pública. Contudo, este processo foi interrompido.

[...] mesmo a instituição atuando na região sul, com os melhores índices do país, há ainda muito a melhorar, devido à grande diferença existente entre ricos e pobres. Sendo assim, quaisquer medidas que se propõem modificar esta realidade se fazem importantes, a presença do projeto popular solidário, torna essa realidade possível (INSTITUIÇÃO A).

Como forma de elucidar as dificuldades e limitações que passavam a implementação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em Santa Maria/RS, em que pese sua importância, identificou-se limitações no âmbito de obtenção de recursos pelas instituições, seja pela restrição de vagas institucionais previstas, seja pela quase inexistência de transversalidade de parcerias com outros programas sociais.

Mesmo assim, essas instituições vinham desenvolvendo, por meio desse Programa, um trabalho eficiente no que concerne ao grande número de atividades: feiras, o feirão colonial realizado semanalmente, feiras anuais do MERCOSUL e a feira Estadual do cooperativismo, entre outras atividades de formação e comercialização, elementos esses que foram destacados anteriormente.

### **3.1. Experiências de Economia Popular Solidária na Região Central do Rio Grande do Sul**

Tendo como intenção elucidar a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a continuidade das experiências coletivas no RS, fez-se necessário uma contextualização dos empreendimentos pesquisados (A, B, C, D e E)<sup>11</sup>, apresentando as suas historicidades e características relacionadas com os motivos que ocasionaram suas criações.

Santa Maria, delimitação da pesquisa, é uma cidade localizada na região central do estado do RS. Conta com 278.445 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2017 (IBGE). Tem uma base territorial de 1.788,129 Km, sendo a 5ª cidade mais populosa do RS e a maior da região. Situada no centro do RS, a cidade tem um fluxo contínuo de pessoas, principalmente por ser uma referência no setor educacional, uma vez que possui uni-

---

<sup>11</sup> Os nomes das experiências pesquisadas e dos trabalhadores transcritos nesta pesquisa também são fictícios, tendo em vista preservar a identidade dos trabalhadores entrevistados.

versidades, com destaque para a Universidade Federal de Santa Maria, que possui em torno de 28.586 estudantes. Contudo, mesmo residindo em Santa Maria, grande parte da população universitária não é considerada pertencente à cidade.

Destaca-se ainda que o Censo 2010 do IBGE – período em que foi realizada a pesquisa - apontou que a maior parte da população residia no meio urbano, 95,1%, e a população do meio rural pertencia apenas a 4,9% da população.

Uma característica significativa é que mesmo sendo uma das maiores cidades do estado, Santa Maria não possuía um grande centro industrial, restringindo-se ao setor secundário e a indústrias de pequeno e médio porte. Isso porque a economia da cidade está baseada principalmente pelo setor terciário, com destaque para o setor educacional, comercial e militar. Referente à situação econômica da população, segundo os dados do IBGE o valor médio do rendimento mensal domiciliar per capita nominal era de R\$ 956,00 e o índice de Gini era de 0,44, período da coleta e análise das informações.

Frente a esse cenário e dando continuidade à análise das informações obtidas por meio desta pesquisa, destaca-se que a Instituição A, já abordada anteriormente, presta assessoria para um projeto que objetivava a organização dos catadores, visando suas inclusões sociais, designado de empreendimento A. Esse projeto foi iniciado em 2006, tendo como principais entidades apoiadoras a Diocese, hoje Arquidiocese de Santa Maria e da Prefeitura de Santa Maria, como também das instituições B e C abordadas nesta pesquisa – constatando-se a articulação entre as instituições. O projeto de catadores reunia uma série de atividades e constituiu-se num grupo informal de geração de trabalho e renda.

O empreendimento A reunia cerca de 30 catadores de bairros periféricos, sendo composto por 13 homens e 17 mulheres. Mesmo recebendo apoio de outras instituições (B e C), a principal instituição que prestava assessoria ao grupo era a instituição A.

O referido empreendimento localizava-se na zona urbana de



Santa Maria no RS, mais especificamente em um terminal de comercialização de agricultura familiar e da Economia Popular Solidária - cedido pela Instituição C. Porém, durante os sábados, comercializava no Feirão Colonial, também localizado em Santa Maria, espaço cedido pela Instituição B.

O empreendimento também recebia apoio da Instituição A quanto à capacitação dos trabalhadores, onde se constatou que estes recebiam formações com temas voltados à cidadania, reciclagem, entre outros, a fim de priorizar o trabalho em grupo. Havia ainda o apoio da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - em que a partir de uma parceria com as Instituições B e C foi desenvolvido um coral e um grupo de teatro, possibilitando a inclusão social dos trabalhadores e suas famílias, além de fortalecer o grupo de geração de renda.

Por se tratar de um grupo informal, o empreendimento A declarou não possuir nenhum tipo de regimento interno ou outras formas de regulamentação. Este fator se expressa também pelo fato de a gestão, no empreendimento, ter sido composta por uma equipe colegiada que coordenava o grupo, impossibilitando a auto-organização do mesmo.

Diante disso, averiguou-se que no grupo A encontrava-se na forma de gestão denominada por heterogestão, pois a coordenação do grupo não era composta por nenhum dos catadores, não dando autonomia para eles, contrapondo os princípios da Economia Solidária. Já a tomada de decisões, quando se referia a questões de convivência, a decisão é dada por todos; já em relação a questões administrativas, as decisões eram tomadas a partir da equipe colegiada. Assim, constatou-se que não havia escolha para a coordenação do grupo, uma vez que a equipe é permanente.

Vale ressaltar que, mesmo a Instituição A possuindo um modelo de heterogestão, havia solidariedade e companheirismo entre os trabalhadores desse grupo. Isso ocorreu pela atividade cultural que era desenvolvida pelos catadores. No coral existente nessa instituição havia a possibilidade de proporcionar maior vivência em grupo/coleti-

vidade, fomentando assim o companheirismo entre esses trabalhadores. Porém, já no que se referia ao rodízio das ações executadas, o Empreendimento A não havia expresso opinião ou resposta, de forma que impossibilitou uma resposta adequada. Quando perguntados se havia cooperação entre os trabalhadores, responderam que sim, ressaltando a necessidade dessa cotidianamente, sendo um esforço coletivo, em que os trabalhadores costumavam incentivar uns aos outros. Também, verificou-se por meio das respostas que pretendiam permanecer no grupo, desejando que as vendas dos materiais recicláveis aumentassem gerando renda para suas famílias (viabilidade econômica). Constatou-se, portanto, uma integração entre os trabalhadores desse grupo pesquisado e objetivos que tinham em comum.

Dando seguimento à análise, o empreendimento B constituía-se em uma cooperativa formal que recebia assessoria direta da Instituição A. Além da assessoria na instituição A, o empreendimento B recebia apoio da instituição B – em relação ao espaço cedido à comercialização nas feiras semanais – como também da instituição C, posto que essa última disponibilizou a sede onde a cooperativa se localizava.

Essa cooperativa situava-se no centro da cidade Santa Maria. O empreendimento B trabalhava na confecção de roupas e artesanatos e na prestação de serviços, buscando a valorização e o reconhecimento da cultura afro. Foram escolhidos esses produtos pelo fato de os trabalhadores acreditarem que, a partir do resgate da cultura afro, seria possível a busca por uma sociedade mais igualitária.

O empreendimento B possuía um total de 20 cooperados, sendo constituído predominantemente por mulheres, 15 trabalhadoras (66%) frente a 5 homens (33%). Estes dados estavam relacionados com a produção de confecção, comumente atribuída socioculturalmente ainda às mulheres.

Constatou-se que o local da produção era próprio, pois os produtos eram confeccionados individualmente por cada um dos integrantes, exceto às vezes em que eles se reuniam diante de uma de-

manda maior de encomenda de produtos. A comercialização dos produtos, por sua vez, ocorria nas feiras e num terminal que foi cedido pela Instituição C, no qual a cooperativa era responsável pela manutenção física, tal como água, luz e pintura. Além desse terminal, eram comercializadas as mercadorias em um feirão colonial que ocorria todos os sábados, bem como em feiras de maior abrangência.

Assim, averiguou-se que o empreendimento contava com o apoio de instituições à comercialização, bem como entre outros espaços destinados a formação, desenvolvimento de projetos, entre outros. Além das instituições já citadas, o empreendimento recebia apoio da Diocese de Santa Maria, da Cáritas do Rio Grande do Sul, movimentos sociais, voluntários e da Senaes.

Portanto, outra característica do grupo era a participação em cursos de formação que geralmente eram realizados em parceria. Alguns dos cooperados participavam dos cursos e, assim que aprendiam, repassavam aos demais integrantes da cooperativa. Verificou-se, ainda, que quando havia inserção de novos cooperados, estes vivenciavam um processo de formação no qual aprendiam noções teóricas e práticas de Economia Popular Solidária. Esta capacitação e formação, entretanto, não se restringia ao momento da inserção do trabalhador na cooperativa, mas ocorriam de forma contínua.

Referente à gestão da cooperativa, constatou-se que os empreendimentos se organizam em forma de diretoria. Sendo que essa era decidida em assembleia, e a composição era presidencialista, composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, com duração da gestão de quatro anos. Mesmo que formalmente a cooperativa fosse regida de forma hierárquica, constatou-se que a gestão não seguia este modelo formal na prática, uma vez que as decisões eram tomadas em conjunto, sendo que todos os cooperados decidiam igualmente. Dessa forma, verificou-se que ocorria a autogestão no empreendimento B, indo ao encontro dos princípios do cooperativismo.

Por constituir-se em cooperativa, os trabalhadores pagavam 20%

das sobras destinado ao fundo de reservas, como também as despesas do espaço de comercialização. Assim, quando um dos cooperados adoecesse ou precisasse se ausentar, ele recebia pró-labore.

Constatou-se também que o grupo, de forma incipiente, procurava colocar em prática os princípios do cooperativismo frente o processo de trabalho. Como exemplo disso, pode-se mencionar o rodízio realizado pelos trabalhadores em algumas ações, em que cada dia um cooperado ficava responsável pelo atendimento no terminal de comercialização. Os sujeitos entrevistados do empreendimento B mencionaram que havia cooperação entre os trabalhadores/cooperados, uma vez que essa era necessária à existência da cooperativa.

Quanto às perspectivas para o futuro, os trabalhadores demonstraram que gostariam que mais pessoas conhecessem e se envolvessem com a economia solidária, como mostrou a fala do trabalhador entrevistado: “espero que mais pessoas se envolvam com o programa para que possam orientar as pessoas vulneráveis, ensinando-as a pescar e não apenas dando o peixe” (trabalhador, Empreendimento B).

Deste modo, verificou-se que os trabalhadores identificavam a importância que a Economia Popular Solidária tinha em suas vidas, desejando que mais pessoas pudessem estar integradas com o objetivo de gerar renda, sendo autônomos de suas próprias vidas.

Outra experiência pesquisada, o empreendimento C, caracterizou-se por ser um grupo informal, situado na zona urbana de Santa Maria, possuindo 12 integrantes, sendo 50% mulheres e 50% homens. O empreendimento teve início no ano de 2000, sendo criado a partir do desmembramento de cooperados vinculados a outro grupo de artesanato, que era também assessorado pela Instituição B.

Constatou-se que o início dessa experiência coletiva ocorreu devido ao dissenso entre alguns membros no grupo em que participavam anteriormente, pois sentiam autoritarismo por parte da liderança, o que ocasionou a saída e a criação de um novo grupo por almeja-rem liberdade e autogestão.

O artesanato era o principal ramo de produção pelo fato dos

membros do grupo já trabalharem com esse antes da criação do empreendimento, aperfeiçoando as técnicas na produção. Os produtos de artesanato produzidos pelo grupo eram variados, constituídos principalmente por pinturas, crochês, costura, bonecas, puxa-sacos, pesos para porta, entre outros produtos artesanais. Mesmo tendo o artesanato como o principal ramo, o grupo trabalhava ainda com produtos alimentícios, na venda de lanches.

O local de produção era próprio e individual, já a comercialização dos produtos realiza-se individualmente em local coletivo. A venda dos produtos ocorria por meio do feirão colonial - espaço cedido pela instituição B - uma única vez durante a semana, sendo que alguns dos membros também expunham os trabalhos em um terminal no centro da cidade, cedido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria. Além do apoio da instituição B na comercialização, essa apoiava o grupo em suas demandas cotidianas e também através de cursos de formação e capacitação.

Dessa forma, constatou-se que mesmo havendo por parte da Instituição B a oferta de cursos de capacitação, os trabalhadores do empreendimento C não se sentiam contemplados e demonstraram haver a necessidade de maior oferta de cursos de formação e capacitação, uma vez que tinham participado apenas de reuniões: “Tem reuniões, mas é mais para discutir os problemas do grupo. Nós gostaríamos que tivesse mais orientação e que nos ensinassem mais tipos de técnicas para fazermos os trabalhos mais bonitos e diferentes” (Trabalhador, Empreendimento C).

Pelo aspecto individual da produção, destaca-se também que não houve distribuição de sobras, uma vez que cada trabalhador recebia pelo material produzido e comercializado. Desta forma, quando algum integrante do grupo ficava doente e não podia produzir, não recebia uma parcela das sobras.

Por possuírem um espaço na feira para a comercialização coletiva, os integrantes pagavam de forma espontânea uma contribuição de 8% da comercialização dos produtos à Instituição B, sendo desti-

nado à manutenção do espaço de comercialização.

Por ser um grupo informal, o empreendimento C não possuía regulamento oficial, apenas regimentos internos atrelados à necessidade de realizarem reuniões para a inserção de novos integrantes e a escrituração de atas. Uma mostra de que não há regulamentação oficial é a forma de escolha do coordenador do grupo, que ocorria democraticamente, mas sem periodicidade, pois o coordenador permanecia por tempo indeterminado, dependendo do “andamento” da gestão. Isso demonstra que não havia interesse por parte dos outros membros do grupo em estarem na coordenação, uma vez que esta demandaria uma série de responsabilidades que poderiam vir a prejudicar a geração de renda.

Quanto à tomada de decisões, constatou-se que mesmo havendo um coordenador, todos os integrantes do grupo decidiam quando se referia a coletividade, contudo, por ser uma produção individual cada integrante tinha autonomia em suas escolhas. Um exemplo da escolha coletiva do grupo era o rodízio do responsável pela comercialização na feira, em que cada sábado um integrante era encarregado de vender os produtos dos demais. Portanto, mesmo havendo a produção individual, pode constatar-se que havia cooperação no grupo, pois era necessária a participação de todos para sua continuidade.

Como forma de aumentar a integração, participação e a solidariedade no grupo, o Empreendimento C, assim como o Empreendimento B, realizava rodízio para a comercialização e consequente participação nas feiras. Diante disso, percebeu-se que a cooperação e a solidariedade no grupo eram materializadas pelo rodízio na comercialização, indo ao encontro dos princípios da Economia Popular Solidária.

Quando perguntado a uma das trabalhadoras do referido empreendimento sobre as principais dificuldades enfrentadas e as suas expectativas, essa apontou a localização da feira como empecilho para a comercialização, sendo a mesma distante do centro da cidade, pois

muitas pessoas acabavam não se deslocando até o local e também por não darem visibilidade à Economia Popular Solidária. Dessa forma, a trabalhadora esperava que conseguissem um espaço novamente no centro da cidade, onde pudessem comercializar os produtos, havendo incentivo por parte do poder público municipal, que acabou por retirar a antiga feira do centro em um processo de revitalização da cidade.

Outro empreendimento pesquisado foi designado de D. Este constituía-se como um grupo informal situado na zona urbana de Santa Maria, constituído há 10 anos no período da pesquisa. Trabalhava com uma diversidade de produtos na área de panificação, como, por exemplo: pães, pizzas, bolachas etc. O local para produção era próprio, pois cada família trabalhava em suas residências de forma individual; já o espaço para a comercialização era cedido pela instituição apoiadora – Instituição B. Assim, os produtos eram vendidos na feira semanal, num espaço coletivo e também eram fornecidos por encomendas a mercados e cooperativas. Além do espaço de comercialização, a Instituição B apoiava também por intermédio de espaços de formação e capacitação destinados aos trabalhadores, com cursos de exposição, manejo, higiene e cuidado com os alimentos.

Em relação à inserção de novos integrantes ao empreendimento, verificou-se que havia uma orientação por parte da Instituição B de que havia em cada grupo aproximadamente 12 pessoas, para que os grupos tivessem bancas iguais na feira, facilitando também a integração e a organização entre o grupo; caso viessem aumentar significativamente o número de trabalhadores, era formado um novo grupo. Esta orientação, por sua vez, ao mesmo tempo que facilitava o processo de comercialização e criação dos grupos, por outro lado, podia também estar contribuindo para a informalidade do empreendimento, indo de encontro ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Verificou-se que cada trabalhador era responsável por um tipo de produto na área de panificação, evitando o excesso de produção de uns produtos, de forma que todos pudessem comercializar os seus.

Assim, pela produção ser individual, bem como no Empreendimento B, as sobras não eram repartidas entre o grupo. Devido a cada um ser responsável pelo seu produto, não havia rodízio nas atividades, pois todos participavam da banca de comercialização onde vendessem seu próprio produto, por isso, também quando algum cooperado ficava doente, esse não recebia parcela das sobras, realidade que não é análoga aos princípios cooperativistas.

Pelo fato de constituírem-se como um grupo informal, o empreendimento não possuía regulamento oficializado. A escolha do coordenador era feita através de uma eleição democrática. Verificou-se que a gestão era democrática pelo fato da coordenação ser vista apenas como uma referência, pois todos participavam na tomada de decisões. Por fim, constatou-se que na medida do possível todos cooperavam.

Referente às expectativas com o grupo, apontava-se que uma das trabalhadoras mesmo tendo que sair do grupo por condições de saúde, esperava que a Economia Popular Solidária continuasse, tanto pelas questões financeiras, como, também, pelas relações de amizade que ela construiu durante o tempo em que trabalhou no grupo:

Vou sentir falta quando não tiver mais aqui, pelas relações que se fazem de amizade e pela questão do dinheiro também, mas é mais pelas amizades ainda. Mas pretendo continuar vindo para ver as amizades que fiz aqui (Trabalhador, Empreendimento B).

Desse modo, verificou-se que a trabalhadora, por condições de saúde, estava deixando o grupo de geração de renda, mas não a economia popular solidária, pois como ficou expressa na sua fala, sentirá falta das relações de amizade, mostrando que essas experiências coletivas, muitas vezes, vão para além de sua finalidade material. Como elucida Gaiger (2008), os empreendimentos de economia solidária preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas, essenciais para os sujeitos que vivem do seu trabalho, pois atenuam sua sujeição



à economia dominante. A economia solidária insere-se em um padrão de experiências em que o trabalho é inseparável das pessoas e da reprodução da vida.

A instituição B também assessorava uma associação de agricultores – Empreendimento E - da região central que englobava vários empreendimentos rurais, principalmente agroindústrias familiares, podendo ser tanto formais, associações e cooperativas, como grupos informais. A sede localizava-se na zona urbana de São Sepé e o principal polo de comercialização era no feirão colonial, em Santa Maria.

Essa organização teve início em 1982, quando foi realizada uma reunião da FETRAF Sul<sup>12</sup> em Porto Alegre que objetivava a articulação da agricultura familiar, assim foi nomeada uma liderança para organizar as famílias da região para comercialização dos produtos agrícolas nas feiras. Por englobar vários empreendimentos havia uma grande diversidade nos produtos, como: hortifrutigranjeiro, laticínios, carnes, doces, panificação e artesanato. Além da feira, a comercialização também era feita no local de produção, bem como vendiam os produtos agrícolas às cozinhas comunitárias, instituições vinculadas ao Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), restaurante popular, creches, cooperativa, além de doações casuais.

Além da assessoria da Instituição B com o espaço da feira semanal, os empreendimentos contavam com o apoio da Rádio Sepé Tiaraju, com o espaço da sede na cidade de São Sepé. Verificou-se que contava, também, com o apoio de outras instituições, no que se refere a formação e capacitação, como cursos dado pela Cáritas, Marcos Dihl, formação sobre a produção, políticas públicas e outras questões afins.

O que caracteriza as movimentações financeiras da

---

<sup>12</sup> “É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares.” Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/> acesso em 19 de dezembro de 2011 às 14h43min.

comercialização é a existência de um caixa único de todos os grupos, que era dividido proporcionalmente aos produtos de cada empreendimento. Assim verificou-se que era feito um rodízio da comercialização nas feiras, ocasionando uma integração entre todos os empreendimentos.

Para inserção de novos integrantes na associação, eles deviam procurar a associação e preencher uma ficha com seus dados, bem como a área da terra que possuíam. Depois era verificado se realmente existia a propriedade e se essa se configurava como agricultura familiar.

Outra característica do Empreendimento E era o fato dele possuir um estatuto legítimo perante os integrantes. Nisso, a gestão era efetivada por uma diretoria eleita em conjunto com todos os associados, composta por oito pessoas, com duração de quatro anos. Verificou-se que dependendo do tipo de decisão, todos os cooperados decidiam, pois em casos de urgência, a diretoria tinha autonomia para decidir. Caso contrário, era realizada uma assembleia que contava tanto com os associados, como também a instituição apoiadora para que se discutissem as possíveis decisões a tomar.

Destaca-se, também, que diferente dos outros dois empreendimentos assessorados pela instituição B, esse demonstrou que em caso de doença normalmente havia uma contribuição financeira, porém, principalmente através do trabalho. Além dos casos de doença, por ser agricultura, a viabilidade desse empreendimento dependeria também de questões climáticas, por isso, caso algum produtor viesse a ser prejudicado, poderia contar com o apoio dos demais. Constata-se, assim, que a associação desses agricultores demonstrava a existência de cooperação, não somente entre os membros de cada empreendimento, como também dos empreendimentos entre si.

Quando perguntado das expectativas que tinha para o futuro, um dos trabalhadores do Empreendimento E apontou como positivo o retorno financeiro que a Economia Popular Solidária oferecia, como mostra na fala a seguir: “Continuo na cooperativa porque é

bom, tu tens vantagens econômicas e pessoais, para a família e para os filhos” (Trabalhador, Empreendimento E).

Assim, o trabalhador continuava no grupo de geração de renda pelo que possibilitava de melhoria na vida de sua família a renda obtida através da experiência, mostrando assim a viabilidade econômica do empreendimento.

Segundo o mapeamento realizado pela Senaes em 2007, na cidade de Santa Maria existiam em torno de 160 empreendimentos, sendo 73 grupos informais, 58 associações, 23 cooperativas e mais outros 6 empreendimentos que não se encontravam em nenhuma dessas modalidades. Desses 160 empreendimentos, apenas 32 possuíam CNPJ, totalizando 20% dos empreendimentos mapeados pela Senaes. Ainda, 106 deles eram do meio urbano, 30 do meio rural e 23 oscilavam entre o meio rural e urbano. Em relação ao número de sujeitos inseridos em cada empreendimento, o mapeamento mostrou que 99 EES eram constituídos por até 10 pessoas e os demais eram constituídos de forma variada entre 11 a 50 pessoas.

Mediante as características específicas dos cinco empreendimentos pesquisados neste estudo, verificou-se que seus surgimentos se deram por um fator em comum, tratando-se da resistência frente às manifestações da questão social. Entre elas, o desemprego – entendido como conflito entre capital e trabalho - Assim, constatou-se que o principal motivo que levou o surgimento dos cinco empreendimentos foi o enfrentamento ao desemprego, pois sendo inerente ao modo de produção capitalista, esse se acentuou com o processo de reestruturação do capital, levando os trabalhadores a formarem experiências coletivas como meio de geração de trabalho e renda.

Mesmo a cidade de Santa Maria sendo historicamente considerada um dos polos da Economia Popular Solidária, principalmente, pela sua trajetória, os empreendimentos estavam constituídos em uma fase bem incipiente. Isso pode ser justificado pela realidade averiguada junto aos empreendimentos pesquisados, em que mesmo possuindo certo tempo de existência, a grande maioria constituiu-se como

grupos informais, a fase mais inicial de organização, além de outras limitações. Este fato condiz com a realidade do RS, onde no mapeamento realizado pela Senaes em 2007, foi constatado que 49% das experiências eram constituídas por grupos informais, sendo maior do que a média brasileira, que apontava o percentual de 36%.

Verificou-se que as experiências possuíam em torno de 5 a 10 anos de existência, com exceção do empreendimento E, que já existia há 28 anos. Contudo, mesmo havendo muitos empreendimentos em Santa Maria já consolidados na comercialização, havia uma grande quantidade de grupos com dificuldades na viabilização do empreendimento, no acesso aos direitos sociais trabalhistas.

Desta forma, constatou-se que o projeto vinha cumprindo com os objetivos do programa e da Senaes, fomentando a formalização para facilitar o acesso do empreendimento às políticas públicas de incentivo, como capacitação, crédito comunitário, equipamentos de formalização e escoamento da produção. Por outro lado, os demais empreendimentos não demonstraram ter interesse nem incentivo no que se refere a sua formalização, pois se percebeu que a formalização para eles implicava em uma série de obrigações, tais como dificuldades burocráticas e o pagamento de impostos considerado inviável diante da renda obtida pelo empreendimento.

Os grupos pesquisados eram compostos, em sua maioria, de 10 a 30 integrantes, com exceção ao empreendimento E, que por ser uma associação, reunia vários empreendimentos. Para a inserção de novos integrantes, de um modo geral, primeiro o grupo avaliava a entrada do novo membro e, após, era informado à instituição que assessorava, para que orientasse sobre noções de economia solidária e sua prática. O fato dos empreendimentos C e D apresentarem o mesmo número de integrantes e paridade entre mulheres e homens, justificava-se a Instituição B orientar que os grupos fossem constituídos por aproximadamente 12 integrantes e que tinham essa paridade.

Outro fator característico referente à composição das experiências pesquisadas, em que se constatou que, mesmo havendo uma

maioria feminina, a presença de homens nessas experiências era bastante significativa, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 1**  
**Sexo dos trabalhadores das experiências pesquisadas**

<b>Experiências coletivas</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
(Empreendimento A)	17	13	30
(Empreendimento B)	15	5	20
(Empreendimento C)	6	6	12
(Empreendimento D)	6	6	12
(Empreendimento E)	84	56	140
<b>TOTAL</b>	<b>128</b>	<b>86</b>	<b>214</b>

De modo geral, os empreendimentos eram constituídos em torno de 60% de mulheres e 40% de homens. Essa proximidade na porcentagem de gênero pode ser justificada pelo fato de muitos dos empreendimentos serem familiares - é o caso das experiências da área de panificação e de agricultura, empreendimentos D e E, respectivamente. Havia, porém uma contradição quanto aos integrantes do empreendimento C, pois mesmo tendo informado ser um empreendimento familiar e haver uma paridade de gênero entre os integrantes, percebeu-se que a manutenção do grupo era dada exclusivamente pelas mulheres, que produziam e comercializavam os produtos artesanais.

Quanto ao empreendimento A, composto por catadores, apontou ser constituído por 42% de homens. Entretanto, averiguou-se que essa informação não condizia com a experiência de geração de renda que era realizada predominantemente por mulheres.

Com a reestruturação do capitalismo, a inserção das mulheres no mundo do trabalho tende a ser ainda mais precária que a dos homens, uma vez que quando empregadas em trabalhos formais, en-

contram-se em contratos temporários ou, por outro lado, expande-se o trabalho feminino informal, caracterizado pela ausência dos direitos sociais. Entre os trabalhadores que estão sujeitos às manifestações cada vez mais precárias nas relações de trabalho, as mulheres são as mais atingidas: as mais pobres, as que têm menos acesso ao crédito, à terra, à tecnologias, à formação profissional e técnica, embora desfrutem de mais formação educacional do que no século passado (HIRATA, 2002).

Na atualidade, mesmo as mulheres tendo maior inserção no mercado de trabalho, são elas que recebem salários “em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais” (ANTUNES, ALVES, 2004). Deste modo, a autonomia financeira das mulheres, mesmo as que estão empregadas em trabalhos formais, é algo ainda bastante restrito e desigual. Por conseguinte, muitas mulheres acabam buscando, na Economia Popular Solidária, um meio de geração de trabalho e renda.

Ressalta-se, ainda, que a inserção das mulheres nesses empreendimentos, como alternativa de trabalho, pode estar associada com a manutenção do modelo familiar patriarcal e com a maternidade, elementos estes que muitas vezes dificultam a manutenção do trabalho feminino no mercado (BRUSCHINI, 2000), justificando também a predominância feminina nos empreendimentos de produtos artesanais. A atividade informal proporciona jornadas de trabalho sem horários fixos, que costumam facilitar uma mescla entre família e trabalho, embora não garanta direitos trabalhistas (BRUSCHINI, 2000).

As mulheres estão se aproximando mais da Economia Popular Solidária também pelo fato de conseguirem se reorganizar em função do desemprego, ou seja, as mulheres conseguiam encontrar novas alternativas, com mais maleabilidade do que os homens, especialmente os que estão com mais de 45, 50 anos.

Pode-se observar também que na região central do RS houve

uma grande quantidade e diversidade em experiências de Economia Popular Solidária. Assim, averiguou-se nos cinco empreendimentos que a produção variava entre os empreendimentos e dentro deles próprios, como por exemplo, o empreendimento E, em que houve uma variedade de produtos.

**Tabela 2**  
**Tipos de Produtos e Serviços**

<b>Experiências coletivas</b>	<b>Produtos e/ou Serviços</b>
(Empreendimento A)	Artesanato
(Empreendimento B)	Confecção e Artesanato
(Empreendimento C)	Artesanato
(Empreendimento D)	Panificação
(Empreendimento E)	Agrícolas

Constatou-se, assim, que dos empreendimentos pesquisados, 60% trabalhavam com produtos artesanais, 20% com confecção, 20% com reciclagem, 20% com panificação e 20% com produtos agrícolas. O fato da maioria dos empreendimentos pesquisados trabalharem com artesanato pode ser justificado por dois dos empreendimentos assessorados pela instituição. Verificou-se, também, que a produção de produtos artesanais, mesmo nos empreendimentos em que esse era o principal produto, o artesanato continuava sendo um complemento, uma vez que os trabalhadores possuíam outra fonte de renda, como por exemplo, o empreendimento A, constituído por catadores.

Quanto à localização do empreendimento, verificou-se que, em todos eles, o local de produção era próprio e o de comercialização era cedido por instituições. Nisso cada trabalhador produzia individualmente em suas residências e vendiam seus produtos de forma coletiva em feiras e espaços locais. Portanto, a importância da formação dos

grupos como um empreendimento econômico e solidário se dava também por terem um local que viabilizava a venda dos produtos. Diante disso percebeu-se que o principal apoio das instituições A, B e C para a viabilização e continuidade dos empreendimentos era o espaço de comercialização, posto que sem um espaço viável para a comercialização, haveria dificuldade na geração de renda, pois era o objetivo dos trabalhadores.

Desta forma, todos os empreendimentos reconheciam o apoio da instituição B, que era responsável pelos principais locais de comercialização da cidade, com destaque à feira semanal que reunia experiências de toda região central. Bem como os empreendimentos A e B reconheciam o apoio da instituição C, que cedeu o terminal de comercialização. Apenas um dos empreendimentos reconheceu o apoio da Senaes e do Projeto Brasil Local. Mesmo com o fato das instituições pesquisadas terem sido executoras do Programa de Economia Solidária vinculado à SENAES – e por isso receberem recursos provenientes do Estado – quatro empreendimentos não reconheciam o Estado como apoiador, apenas as instituições da sociedade civil.

Além do espaço de comercialização, as instituições prestavam assessoria através de cursos de formação entre os trabalhadores. Percebeu-se, no entanto, que essas capacitações e formações não eram diretamente para todos os trabalhadores dos empreendimentos, pois geralmente um integrante do grupo participava de curso de formação e depois repassava aos demais o que aprendeu, reproduzindo, portanto, nesse aspecto, a lógica capitalista. Todos os grupos também demonstraram interesse em haver mais cursos que contribuíssem para aprimorar sua produção.

De forma geral, os grupos se organizavam através de coordenação, porém, a constituição dessa variou entre os empreendimentos. Um dos empreendimentos tinha como coordenador o agente do Brasil Local, outro possuía um colegiado formado por instituições, outros três eram escolhidos de forma democrática. Todavia, as lideranças se perpetuavam na coordenação. Das experiências pesquisadas,



duas delas possuíam diretoria de duração de quatro anos, as demais possuíam um coordenador para representação do grupo cuja duração não possuía tempo determinado, podendo ser um ano ou mais.

Todos os trabalhadores entrevistados alegaram haver democracia nos processos de decisão nos empreendimentos, afirmando que algumas decisões administrativas e urgentes eram tomadas pelas diretorias. Entretanto, constatou-se que a autogestão era bastante inicial, no empreendimento A, sendo que até a gestão não tinha sequer a participação de um trabalhador, limitando-se a entidades. Assim, mesmo reconhecendo o papel fundamental de assessoria por parte das instituições aos empreendimentos, essas instituições podiam estabelecer relações de dependência, principalmente quando não incentivam ou limitavam o processo de decisão pelos trabalhadores. Constatou-se, portanto, que a gestão pode ser aprimorada nesses empreendimentos, principalmente no A.

Constatou-se que a gestão financeira pelos grupos se deu, em sua maioria, com uma contribuição espontânea da renda líquida advinda das vendas para as instituições. Esse recurso era destinado à manutenção dos espaços de comercialização. Somente o empreendimento B, por ser uma cooperativa, mantinha um caixa próprio guardando uma porcentagem para um fundo de reservas, além das despesas do espaço de comercialização. O fato da maioria dos empreendimentos contribuírem de forma espontânea e conforme as suas comercializações, pode ser visto como algo positivo e que contribuiu para a continuação das experiências coletivas, uma vez que, mesmo tendo uma fatura baixa durante o mês, o empreendimento teve o espaço garantido na feira. Além disso, os trabalhadores demonstraram-se conscientes da importância da contribuição para o coletivo, fato esse que poderia possibilitar o processo de sociabilidade na produção.

Uma das desvantagens constatadas em relação ao fato da maioria dos empreendimentos serem informais e a comercialização ser individual, referia-se à maioria dos grupos não possuírem um fundo de

reserva que servisse para a remuneração quando algum cooperado ficasse doente, ou precisasse se ausentar, não havendo também uma divisão das sobras para contribuir com esse membro que acaba por não ter nenhum tipo de recurso financeiro.

Essa questão é retratada pelos empreendimentos A, C e D, que demonstraram não haver nenhum tipo de contribuição financeira para aqueles trabalhadores que precisavam se ausentar. Já a experiência E, composta por agricultores, mesmo não possuindo um fundo, demonstrou haver uma ajuda aos membros em caso de doença, sendo não apenas financeira, mas principalmente se referindo à produção. Por outro lado, o empreendimento B, por constituir-se como uma cooperativa, quando um cooperado ficava doente, este recebia contribuição mensal provinda pelo pró-labore. Destaca-se, portanto, a importância da formalização dos empreendimentos, bem como a existência de uma gestão participativa que possa garantir acesso aos direitos dos trabalhadores.

Pelo fato da produção e do rendimento serem individuais, o rodízio das ações executadas pelos trabalhadores se dava no processo de comercialização, que era coletivo. Observou-se que, em todos os empreendimentos, com exceção do empreendimento C - onde todos participavam da comercialização – havia rodízio por parte dos membros na banca das feiras, em que cada dia uma pessoa ficava responsável pela venda dos produtos dos demais. Pelo fato dos trabalhadores terem que se organizar para o rodízio na comercialização, tendo que comercializar os produtos dos outros e, após, repassar a quantia de cada um, contatou-se que mesmo a produção sendo individual, havia cooperação entre os trabalhadores: “Sim, desde o momento de articulação para se fazer um grupo, é necessário participação e esforço coletivo para a cooperação (Liderança, Empreendimento B). Essa outra liderança também enfatiza a importância da cooperação entre os trabalhadores: “Sim, porque se não houvesse, com certeza não haveria o grupo” (Liderança, Empreendimento E).

Conforme a exposição das falas dos sujeitos, constatou-se que os

trabalhadores envolvidos nos quatro empreendimentos demonstraram que é necessário o esforço coletivo para a continuidade das experiências.

### 3.2. Características dos Trabalhadores

Para analisarmos a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento na continuidade das experiências, é necessário caracterizar os trabalhadores que foram assessorados pelas três instituições mapeadas, além dos participantes dos empreendimentos, abordados anteriormente. Por meio das experiências dos sujeitos entrevistados, bem como de suas ações no trabalho, que se investigou essa realidade.

Os profissionais do Serviço Social, seguindo o seu projeto ético-político, enquanto executores e gestores das políticas sociais, buscam realizar um levantamento para conhecer a realidade social, para que possam se aproximar dos sujeitos envolvidos, com vistas a fomentar as experiências que esses sujeitos estão inseridos. Assim, suas possibilidades de inserção/intervenção nas cooperativas e associações passam pela aproximação/caracterização dos associados/cooperados.

Com essa intencionalidade, serão introduzidos elementos que caracterizam e identificam os participantes das cinco experiências analisadas, que constituíram a amostra intencional deste estudo. Foi entrevistado um trabalhador de cada empreendimento, totalizando cinco trabalhadores. Destes, quatro eram mulheres, e um, homem.

O fato da maioria dos sujeitos entrevistados serem mulheres retrata a predominância feminina nas experiências coletivas – posto que se tratava de uma amostra intencional – principalmente naquelas que a produção era voltada para o artesanato e para a panificação. O único empreendimento em que o entrevistado era homem tratava-se de um integrante do Empreendimento E, voltado para a agricultura, em que os homens tinham predominância nos espaços públicos, porque participavam mais das atividades de comercialização, enquanto

que as mulheres ficavam direto na produção agrícola no lar – agricultura familiar. Em ambos os casos apareceram, novamente, a questão de gênero, e suas peculiaridades culturais e socioeconômicas.

No que se refere à idade dos trabalhadores pesquisados, constatou-se que a maioria tinha entre 50 a 60 anos, correspondendo a 60% dos integrantes participantes das experiências coletivas. As faixas etárias entre 30 e 40 anos, bem como dos 40 a 50 anos, corresponderam cada uma por 20% da amostra.

Esses dados, primeiramente, demonstraram que os sujeitos com menos de 30 anos não tinham uma presença relevante nos empreendimentos analisados. Isso pode estar associado ao fato dos jovens estarem com o incentivo governamental brasileiro neste início de século, dedicando-se e investindo mais no estudo – educação – e na qualificação profissional, demorando, assim, mais tempo para ingressar no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Destaca-se, também, o acesso aos programas de governo, como o Projovem em suas diversas modalidades, que se destina à inclusão social dos jovens brasileiros entre 18 a 29 anos, que, apesar de serem alfabetizados, muitas vezes não terminaram o ensino médio. Buscando, assim, sua reinserção na escola e uma qualificação para o mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. Também se destaca o Centro de Integração Empresa–Escola – CIEE - sendo este uma associação filantrópica que possui convênios com prefeituras, e visa possibilitar aos jovens estudantes uma formação integral, ingressando-os ao mercado de trabalho, através de treinamentos e programas de estágio.

Retornando aos empreendimentos pesquisados, verificou-se também que idade mais expressiva dos trabalhadores dos EES foi de 50 a 60 anos de idade - condiz com a realidade da cidade de Santa Maria, posto que grupos com idade entre 40 e 59 anos no meio urbano correspondiam a 25% desta população, segundo os dados do Censo de 2010 – IBGE. Com base nesses dados pode-se constatar que os

sujeitos com mais idade vivenciavam dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e que postos de trabalho vinham sendo substituídos pela informatização e mecanização dos processos.

Com as mudanças no processo de trabalho a partir da automação, da microeletrônica e da robótica, os sujeitos mais velhos e algumas profissões viram-se descartados do mercado de trabalho como alfaia-tes, sapateiros e outros, gerando uma parcela da população desqualificada para o mercado (IAMAMOTO, 2015). Assim, esses sujeitos que não foram “oportunizados” pelo mercado para exercer seu trabalho, acabaram a formar experiências coletivas como uma das formas de sobrevivência e resistência.

Outra questão importante estava atrelada ao fato de que as experiências pesquisadas se constituíram, também, como meio de complementação de renda, para donas de casa, aposentados ou indivíduos que possuíam outra fonte de renda, indo ao encontro dos dados referentes à cidade de Santa Maria. Essa situação foi encontrada, principalmente, entre as mulheres, que trabalhavam com produtos artesanais, produzidos em suas residências ao mesmo tempo em que eram donas de casa.

Um exemplo encontrado foi o da trabalhadora do empreendimento C, que alegou ter passado boa parte de sua vida cuidando dos filhos e da casa, enquanto o esposo trabalhava; agora, como participante do grupo, podia sair da residência, participar de feiras e, ao mesmo tempo, vender seus artesanatos, perfazendo renda. Dessa forma, a Economia Popular Solidária permitiu à mulher a construção de uma identidade não herdada, não imposta pelas normas e tradições, mas uma identidade escolhida e reivindicada (Guerin, 2005). Constatou-se que a Economia Popular Solidária proporcionou maior autonomia às mulheres, na medida em que deixaram de ser providas somente pelo esposo e adquiriram autonomia financeira.

Há, eu sempre trabalhei cuidando dos filhos, em casa, nunca tinha tempo para mim, não é! Depois que eu entrei no grupo, aí eu

venho todo sábado aqui na feira vender meus artesanatos, converso com toda essa gente e ainda faço meu dinheirinho (Trabalhadora, Empreendimento C).

Há autonomia nas nossas atitudes e a liberdade, não tem preço. É uma relação mais humana, junto com a família (Trabalhadora, Empreendimento D).

A presença de mulheres de idade mais avançada, que já possuíam alguma fonte de renda nos empreendimentos econômicos solidários, demonstrou que as mulheres encontraram nesses espaços, além de um meio para gerar ou complementar a renda, também um meio para realização pessoal. Nos empreendimentos ocorrem muitos ganhos diferentes do econômico, como socialização, identificação com o trabalho e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, com o grupo produtivo e companheirismo (Sousa, 2003).

Outro fator que demonstrou que essas experiências podem ser caracterizadas tanto como geração de trabalho e renda aos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, como também de complementação da renda, que referiu-se à escolaridade dos sujeitos pesquisados.

Com o estudo, pode-se constatar que a taxa de analfabetismo foi nula entre os trabalhadores entrevistados. Dos trabalhadores entrevistados, 20% possuíam ensino fundamental, sendo que a maioria, 60%, possuía ensino médio e 20% concluiu o ensino superior.

Sendo a taxa de analfabetismo nula entre os trabalhadores, pode ser justificada pela cidade de Santa Maria possuir uma taxa relativamente menor do que a taxa brasileira de analfabetismo. Segundo dados do IBGE, Censo 2010, o Brasil possuía uma média de 9,6% de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, sendo que em Santa Maria a taxa é inferior à média nacional sendo 3,17%, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – dados estes que se mostram relevantes para a caracterização dos trabalhadores, uma vez que foram aplicadas às entrevistas nesta loca-

lidade.

Esses índices representam que as experiências coletivas estavam relacionadas com a possibilidade de geração de trabalho e renda aos sujeitos que possuíam um nível maior de formação, uma vez que o mercado de trabalho vem exigindo qualificação. Assim, mesmo contando com o ensino médio completo os sujeitos tendiam a ter dificuldade de adentrar no mercado formal de trabalho, principalmente aqueles já possuíam certa idade, e por isso, acabaram optando por experiências coletivas.

Além disso, o fato de 20% dos trabalhadores possuírem ensino superior pode ser justificado pela trabalhadora entrevistada ser uma professora que a partir do momento em passou a receber aposentadoria começou a trabalhar no Empreendimento B, muito mais como uma atividade que complementa e ocupa seu tempo do que uma forma de geração renda. Contudo, essa informação constitui-se numa exceção e não numa padronização do perfil dos trabalhadores.

Referente à qualificação e à capacitação profissional, significativa parte dos sujeitos entrevistados, 80%, informou já ter participado de cursos, sendo que apenas um deles informou nunca ter participado. Averiguou-se que esses cursos eram fornecidos, em alguns casos pela instituição que prestava assessoria via Programa de Economia Solidária e, em outros, eram ofertados por instituições como sindicatos e universidades, que não possuíam vínculo com o Programa. Os cursos geralmente tinham o caráter de capacitação e aprimoramento da produção - Empreendimentos A, B e C receberam cursos como de pintura em tecido, costura e bordado, já o trabalhador da agricultura – Empreendimento E – alegou receber cursos de formação como o de agroecologia.

Mesmo que a maioria dos trabalhadores alegaram já terem participado de algum tipo de curso, registrou-se um desejo por mais atividades de capacitação, com vistas a sua qualificação, aprimoramento do trabalho e, por consequência, viabilização da comercialização.

Outra caracterização refere-se à constituição familiar dos trabalhadores. Verificou-se quanto ao estado civil que 40% eram casados, 20% morava com companheiro (a), 20% solteiro e 20% viúvo. Em relação ao número de filhos constatou-se que 40% possuía quatro filhos, 40% dois filhos e, 20%, um filho. Destaca-se, também, que 80% morava com os filhos, 40% morava com outras pessoas e 60% morava com cônjuge ou companheiro.

Destaca-se que a renda dos trabalhadores compunha a renda familiar. Quarenta por cento (40%) dos trabalhadores informaram que todos os residentes de sua casa trabalhavam; 20 % informaram que em sua residência apenas um filho trabalha; 20% referiu que em sua residência duas pessoas trabalhavam; os outros 20% informaram que três pessoas em suas residências trabalhavam.

Os trabalhadores, de um modo geral, possuíam tanto sua renda individual quanto a familiar. Novamente se ressalta o fato dos empreendimentos serem fontes de geração e de complemento da renda familiar. Um dos elementos que se destacou foi o de que cerca de 60% dos trabalhadores (A, D, E) não souberam diferenciar a renda individual da renda familiar, sendo um exemplo a fala do trabalhador do Empreendimento E:

Não, a gente não tem uma renda fixa que é da só da gente, né!  
Pois a renda é a da família toda em si (TRABALHADOR, EMPREENDIMENTO E).

Outro fator observado refere-se a que 40% dos trabalhadores demonstraram não possuir renda fixa, fato que se encontrava diretamente relacionado com o empreendimento E, que atuava com agricultura familiar onde a produção variava de acordo com o clima e com a época do ano. Essa situação também foi encontrada no empreendimento A, que era formado por catadores os quais dependiam de materiais coletados no espaço urbano. Também encontravam dificuldades de tempo e espaço, impossibilitando uma renda média.



Há, a gente nunca sabe, tem vezes que mal dá para comer e outra que a gente tira mais dinheiro, depende (TRABALHADOR, EMPREENDIMENTO A).

Estes dois trabalhadores, juntamente com o trabalhador do empreendimento C, totalizaram 60% dos trabalhadores que tinham nas experiências sua única fonte de renda. Por outro lado, os trabalhadores do empreendimento D e B, 40% recebiam aposentadoria e encontraram no empreendimento um meio de complementação de renda.

De acordo com os dados obtidos, a média da renda familiar dos trabalhadores entrevistados era de aproximadamente três salários mínimos. Há que se destacar que, em média, viviam, com essa renda, 4 a 6 pessoas.

O trabalho desenvolvido pelo empreendimento E, ligado à agricultura, e pelo empreendimento D, ligado à panificação, demonstraram ter maior viabilidade econômica e maior geração de renda proveniente da experiência solidária. Essa constatação pode ser relacionada com o fato da produção ser familiar, voltados para a alimentação e se constituírem em empreendimentos mais antigos.

Por outro lado, o trabalhador do Empreendimento A, atrelado ao artesanato – realizado pelos catadores – mostrou-se com menor viabilidade, expressando a situação de vulnerabilidade social. Essa situação foi vinculada à precarização do trabalho vivenciada pelos catadores, tanto no esforço físico, nas condições de saúde, como também no preconceito, no pouco reconhecimento social e nos baixos rendimentos.

Verificou-se, entretanto, que a Economia Popular Solidária possuiu grande importância para a geração de renda dos catadores, pois no momento que o trabalhador do empreendimento A começou a participar da experiência coletiva, obteve um maior rendimento como a melhoria das suas condições de vida.

Contraditório ao aumento da renda esteve a instabilidade, o fato

dos sujeitos não possuem uma renda fixa, gerava insegurança. Também se observou que não havia um horário fixo para a produção, nem registro previdenciário, portando em caso de doenças, que não havia qualquer subsídio aos trabalhadores. As intempéries na produção se dão principalmente em relação ao tempo e à época do ano. Tais fatores atingem principalmente a agricultura familiar e da catação de materiais recicláveis; já a comercialização, no caso do artesanato, está diretamente relacionada com as datas comemorativas, pois nessas datas há maior venda de produtos, enquanto nas demais épocas do ano a comercialização decai vertiginosamente.

Em que pese as dificuldades, constatou-se que a participação dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários eram relevantes para os sujeitos, principalmente no que se refere à organização coletiva para comercializar os produtos e por participarem da feira semanal de Economia Popular Solidária. A maioria dos trabalhadores entrevistados informou que a renda familiar era suficiente para suprir as suas necessidades básicas. Outros elementos importantes revelados pelos entrevistados foi que os empreendimentos contribuíram na organização, na sistematização do processo de trabalho e a forma de participação dos sujeitos na gestão das experiências. Estes assuntos serão apresentados no próximo subitem.

### **3.3. Processo de Trabalho e Gestão nas Experiências Coletivas Pesquisadas**

A Economia Popular Solidária, historicamente, constituiu-se como um meio de geração de renda aos sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho. A renda obtida no trabalho coletivo possibilita que os indivíduos tenham condições mínimas de sobrevivência. Assim, a Economia Solidária possibilita “a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva (SINGER, 1999, p. 138).

O processo de trabalho, nas experiências pesquisadas, ocorria de forma coletiva ou individual. A produção era individual, já a comercialização ocorria de maneira coletiva. Destaca-se que o processo de trabalho, desenvolvido nas experiências coletivas, diferem do modo de produção capitalista, visto que os trabalhadores participam de todas as etapas desde a produção até a comercialização, tendo autonomia frente ao que fazer no grupo e à relação direta com os consumidores.

Cada experiência pesquisada referiu um objeto de trabalho. Os empreendimentos A, B e C produziam artesanato. O empreendimento D trabalhava com panificação e o empreendimento E, com produção agrícola.

Por ocasião do estudo, observou-se que nos empreendimentos que tinham o mesmo objeto de trabalho, utilizavam os meios de trabalho como instrumentos e ferramentas, bastante comuns. Os empreendimentos A, B e C que trabalhavam com artesanato, utilizavam meios como máquinas de costura, agulha, tesoura e tecido. Já o Empreendimento D que realizava a panificação, utilizava o forno, formas e cilindros. E no Empreendimento E os meios de trabalho eram a terra, tratores, enxadas, galpões, entre outros.

Observou-se que a individualização dos meios de produção não significava o não interesse por parte dos trabalhadores em produzir coletivamente, posto que se observou que essas experiências não possuíam condições objetivas e estruturais que possibilitassem essa forma de produção. Exemplo dessa realidade foram as experiências B, C e D, que tinham como objeto de trabalho o artesanato e a panificação. Estes empreendimentos, mesmo que quisessem produzir coletivamente, enfrentariam grandes dificuldades por não possuírem um espaço físico para reunirem-se, assim como as dificuldades no deslocamento de suas casas até o local de produção.

No empreendimento E, cujo objeto de trabalho era a agricultura, o fato dos terrenos dos integrantes serem geralmente situados em uma distância considerável uns dos outros, também pode ser visto

como algo que certamente dificultaria a coletivização dos meios para a produção. Na comercialização, pelo contrário, os meios utilizados eram coletivos como a banca nas feiras e os terminais de venda – porém, eram cedidos por instituições que controlavam e regulavam esses meios, restringindo, de certa forma, a autonomia frente ao processo de comercialização.

Para compreensão do processo de trabalho nas experiências coletivas pesquisadas, foi entrevistado um trabalhador de cada experiência. Verificou-se que a média de tempo que os trabalhadores entrevistados estavam inseridos nos empreendimentos era de aproximadamente 11 anos, sendo que o mais recente possuía 8 anos desde sua criação, e o que possuía mais tempo de atuação tinha 15 anos.

Os motivos que levaram os trabalhadores a fazerem parte dos empreendimentos eram os mais variados possíveis. A maioria dos trabalhadores demonstrou ter se inserido nos empreendimentos coletivos para a obtenção de renda, contudo, apenas um dos entrevistados informou que sua inserção se deu pela falta de emprego. Um aspecto bastante relevante era o de muitos demonstrarem terem se inserido em experiências pelo fato de familiares já trabalharem nos empreendimentos.

“Entrei por falta de emprego, mesmo” (Trabalhador, Empreendimento A)

“Iniciei fazendo um curso na casa de cultura e através de lá me engajei no projeto Esperança Coesperança, escolhi pelo fato de poder multiplicar aquilo que aprendi com outras pessoas” (Trabalhador, Empreendimento B)

“Formei o Grupo junto com minhas companheiras de trabalho, nós éramos de outro grupo, né, mas aí não estava dando muito certo, aí resolvemos criar este então” (Trabalhador, Empreendimento C)

“Fui convidada pela minha irmã que já estava nos empreendimentos da feira” (Trabalhador, Empreendimento D)

“Me inseri através da família mesmo, que sempre tiraram o sustento da agricultura” (Trabalhador, Empreendimento E)

Mesmo que somente um deles tenha explicitado a questão econômica como fator que levou o ingresso nas experiências, observou-se que essa questão se encontrava implícita na justificativa dos demais trabalhadores. Via de regra, num primeiro momento, o que motivava os trabalhadores a se inserirem nessas experiências era a necessidade de sobrevivência, seguida pela esperança de organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável.

Para os sujeitos, o trabalho nas cooperativas e na associação não significava que necessariamente pretendiam melhorar o seu padrão de vida, ou que, mesmo sem qualificação profissional, eram capazes de gerir um empreendimento (TIRIBA, 2000). Poderia representar a necessidade de produzir próximo as suas residências – principalmente para as mulheres se tornava mais plausível, pois possibilitava cuidar dos filhos e da casa.

Outro aspecto relevante que reforçou a centralidade na questão econômica foi que 80% dos entrevistados já haviam trabalhado em outros locais antes de se inserirem na geração de trabalho e renda. Desses, duas trabalhadoras exerciam a profissão como domésticas, outra como auxiliar de creche e um prestava assistência técnica agrícola. Esse dado faz referência com o fato da maioria dos trabalhadores terem idade de 50 a 60 anos e estarem a mais de 8 anos inseridos em EES.

Outro elemento a ser apontado é que 60% dos sujeitos possuíam familiares que trabalhavam no mesmo empreendimento. Este fato é relevante uma vez que a dificuldade financeira tende a situar-se no interior das famílias, considerada como a unidade individual econômica da sociedade. Destaca-se também que pelos meios utilizados na

produção e encontravam-se nas residências de cada sujeito, facilitava a participação dos demais membros da família.

Outro fator que era levado em consideração pelos trabalhadores era a jornada de trabalho, esta não estava definida nos empreendimentos B, C D e E, produzindo certa flexibilidade, atendendo às necessidades e possibilidades de cada trabalhador. Já na comercialização havia estipulados os horários tanto nas feiras, como também nos terminais de venda, posto que existiam horários pré-determinados. O empreendimento A era o único com carga horária definida o qual atuava com materiais recicláveis, o que exigia deslocamento de sua residência e espaço físico adequado para a produção do artesanato e de atividades artísticas.

“O Horário é das sete horas da manhã até as 19h horas onde a gente faz coleta de matérias, também tem dias que tem um horário para o artesanato, canto, teatro e a comercialização” (Trabalhador, Empreendimento A).

“Pois é voluntário e é um compromisso de cada componente” (Trabalhador, Empreendimento B).

“Tem para vir na feira vender, é sempre de Sábados de manhã, quando tem feirão, é também tarde” (Trabalhador, Empreendimento C).

“Varia bastante” (Trabalhador, Empreendimento D).

“De 8 a 12 horas por dia, depende da quantidade do trabalho, do dia. Agricultura, plantação de arroz, batata, milho, tomate e demais. Criação de vacas, porcos” (Trabalhador, Empreendimento E).

Levando em consideração o fato de que grande parte dos empreendimentos eram de grupos informais, 60% trabalhadores manifestaram que contribuíam em algum momento com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, enquanto que 40% nunca contribuiu.

Dos que contribuíram, 40% eram dos empreendimentos B e D, os quais tiveram carteira assinada antes de terem se inserido nas experiências, período quando ainda trabalhavam em outro local em empresas privadas e, por isso, recebiam aposentadoria. Um trabalhador do Empreendimento E, por ser agricultor, vinha contribuindo com a previdência através do Funrural.

Já os demais 40% representavam os trabalhadores que nunca contribuíram com o INSS, eram trabalhadores dos empreendimentos A e C. O empreendimento A era formado por catadores, uma categoria que historicamente esteve à margem da sociedade vivenciando situação de vulnerabilidade social, realidade ainda não alterada, e de informalidade. A entrevistada do empreendimento C, por ser uma trabalhadora do lar, não contribuiu e, por isso, não tem direito a aposentadoria.

É necessário destacar que nenhum dos trabalhadores contribuía com o INSS declarando-se trabalhador do empreendimento, até porque com exceção ao empreendimento B, que se constituiu como uma cooperativa, todos os demais eram informais. A propósito, observou-se que, em geral, os empreendimentos não demonstraram interesse suficiente para formalizá-los. A causa disso pode estar relacionada ao fato de alguns dos cooperados já serem aposentados e principalmente pela dificuldade burocrática e pelo valor de impostos a serem pagos, elevados, caso formalizassem as experiências coletivas.

### **3.4. Gestão nas Experiências Pesquisadas**

Quanto à gestão dos empreendimentos, no B, C e D contavam com uma coordenação dirigente e que tanto os trabalhadores como as lideranças informaram que participavam dos processos de tomada decisões. Já nos empreendimentos A e E as decisões administrativas eram tomadas pelas coordenações.

Quanto às coordenações desses empreendimentos, apontou-se que o empreendimento A possuía uma diretoria colegiada formada

pelas instituições apoiadoras do empreendimento, sem contar com a participação de nenhum dos trabalhadores, o que mostrou a dependência do empreendimento frente a essas instituições. Já o empreendimento E, a coordenação era eleita a cada 4 anos pelos trabalhadores, e o processo de decisões por esta coordenação restringiu-se a casos de urgência, como expressa a fala da liderança do sujeito:

Depende da situação, geralmente é convocado uma assembleia para decidir sobre as coisas, onde todos decidem o que será feito. A não ser que seja algo mais restrito e urgente, que daí a direção decide (Trabalhador do empreendimento E).

Quando perguntados se concordavam com a forma como as decisões eram tomadas, todos os entrevistados assentiram. Todos os sujeitos também alegaram ser importante a participação nas reuniões, para que fossem informados dos acontecimentos.

A maioria dos trabalhadores entrevistados fazia proposições e sugestões para a melhoria do empreendimento, e quando não concordavam com alguma decisão tomada, geralmente informavam suas opiniões a todo o grupo. Destaca-se que apenas o trabalhador do empreendimento C informou que não costumava dar opinião ao grupo, preferindo falar diretamente com a coordenadora, como se esta fosse um “gerente”, o que vai contra os princípios da autogestão, na qual não há empregados e empregadores.

“Sim, há bastante troca de ideias” (Trabalhador X, empreendimento A).

“Sim, a gente se reúne e todos dão palpite e sugestões para depois decidir. Quando alguém também recebe alguma formação ele repassada para os demais, para todo mundo saber” (Trabalhador X, empreendimento B).

“Não, tem a representante, quando acho que algo precisa melhorar, comento com ela” (Trabalhador X, empreendimento C).



“Sim, falo diretamente para a pessoa” (Trabalhador X, empreendimento D).

“Às vezes, sim, daí levo ao coletivo ou falo diretamente para pessoa, se for o caso” (Trabalhador X, empreendimento E).

Mesmo havendo, de um modo geral, por parte dos trabalhadores a afirmação de que a gestão dos EES ocorria de forma compartilhada e autônoma, percebeu-se que essas experiências não poderiam ser consideradas autogestionárias na sua plenitude, mas que se caracterizavam por tentativas de processos autogestionários.

Constitui-se como característica dos empreendimentos autogestionários: a autonomia dos trabalhadores, a participação dos sujeitos nas tomadas de decisões e na realização das atividades produtivas; a capacidade de gerar renda na associação; a capacidade e autonomia dos trabalhadores em atribuir valor aos produtos comercializados no mercado; a faculdade de designar atividades e rotatividade do trabalho na associação, entre outros. Desse modo, nos empreendimentos autogestionários “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15).

No empreendimento A se percebeu a maior incipiência no que se refere à autogestão entre os trabalhadores, justamente no que era o mais vulnerável. Nos demais empreendimentos pesquisados, percebeu-se que a participação dos trabalhadores era exercida constantemente, mesmo que nem sempre de forma crítica, tão necessária à emancipação desses sujeitos e ao fortalecimento destes empreendimentos.

A participação é o processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo. [...] Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social nasce já num con-

texto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir (SOUZA, 2014, p. 81).

O processo de participação dos trabalhadores está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os cooperados e/ou associados. O seu oposto, porém, a não participação dos trabalhadores nas cooperativas e associações – que pode resultar na pobreza política – pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de autossustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e autocrítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de autossustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de autogestão (capacidade de resolver problemas materiais e políticos) (DEMO, 2010).

No que se refere à existência de solidariedade nas alternâncias das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, constatou-se que essas experiências valorizavam os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles.

Em relação à rotatividade durante os processos de trabalho, verificou-se, a partir das respostas obtidas pelos sujeitos, que dos cinco empreendimentos pesquisados, em um deles não havia rotatividade entre os trabalhadores – empreendimento D – e o empreendimento A não informou. No entanto, a rotatividade ocorria no momento da comercialização dos produtos, já que em todos os empreendimentos pesquisados o processo de produção era individual.

“Sim, cada dia um dos cooperados fica responsável pela comercialização” (Liderança X, empreendimento B).

“Sim, tem rodízio entre os trabalhadores. Num sábado um vem e se encarrega de vender os produtos daqueles que não vão vir, mas a coordenadora sempre está presente” (Liderança X, empreendimento C).

“Não tem rodízio, porque todos vêm nos sábados” (Liderança X, empreendimento D).

“É feito rodízio para que todos participem das feiras, para que se tenha uma integração entre todos” (Liderança X, empreendimento E).

Pelo fato de existir, mesmo que de forma parcial, o rodízio das atividades, a experiência de ser cooperado e/ou associado contribuiu de diferentes formas para os sujeitos. Todos os trabalhadores pesquisados apontaram para um crescimento pessoal e profissional, de convívio, aprendizado, solidariedade. Porém, nenhum grupo referiu-se à contribuição econômica que o empreendimento traz para si e para a sua família.

“É uma ação de aprender e ensinar” (Liderança – Empreendimento A)

“A cooperativa me despertou uma curiosidade para saber e buscar mais sobre economia solidaria, racismo, mulher, preconceito, fazendo com que eu me tornasse uma pessoa mais critica, pois antes acreditava que não havia preconceitos e que só não trabalhava quem não queria e hoje vejo que não é assim. Fez com que eu também me interessasse em fazer uma faculdade (fez Pedagogia) me mudando socialmente e pessoalmente” (Liderança - Empreendimento B)

“Foi uma grande oportunidade depois de ter criado todos os meus filhos, foi possível fazer coisas diferentes” (Liderança - Empreendimento C)

“Conhecer pessoas novas, comércio muitos clientes, apreender a conviver melhor. Solidariedade muito cobrada - faz 10 anos que trabalhamos todos os Sábados” (Liderança – Empreendimento D)

“É a melhor coisa da minha vida, é um crescimento espiritual muito grande, uma das melhores experiências que tive na vida, hoje eu me sinto útil” (Liderança - Empreendimento E) - (quase chorou, os olhos encheram d’água).

Outro aspecto questionado refere-se ao pagamento dos trabalhadores em caso de ausência por adoecimento. Nessas circunstâncias as duas cooperativas, pagavam pró-labore, e, portanto, mantinham o pagamento. Já dos outros empreendimentos não havia um procedimento adotado, as sobras eram partilhadas a partir do trabalho mensal do mesmo. No Empreendimento A não houve resposta a esta pergunta no questionário.

“Sim, tem pelo pró-labore. Como há uma contribuição mensal dos integrantes, quando um fica doente este receberá” (Liderança - Empreendimento B)

“Não” (Liderança - Empreendimento C)

“Não, é individual” (Liderança - Empreendimento D)

“Normalmente sim, não é só nas horas boas que é preciso compartilhar, é preciso compartilhar nas horas ruins também. Se ficar doente ou até mesmo em relação ao tempo, pois são produtos agrícolas que dependem muito dele (tempo)” (Liderança - Empreendimento E)

Destaca-se que os empreendimentos econômicos solidários, em sua maioria, consideraram a experiência vivida na Economia Popular Solidária mais relevante do que a própria geração de renda. Neste interim todos os sujeitos entrevistados referiram que eram estimulados (entre si) a participar de todos os processos. Além disso, todos afirmaram que havia cooperação e reconhecimento da necessidade

do esforço coletivo para o bom andamento do grupo. Os Empreendimentos A e B frisaram a importância da participação e do esforço coletivo para manter a cooperação. Já o Empreendimento C expressou a cooperação como um elemento essencial para a existência do grupo. O Empreendimento E também mencionou a cooperação como elemento de suma importância, pois a caracterizou como necessária em todos os momentos de atividades do grupo.

Por fim, pode-se constatar que os trabalhadores dos EES estudados participavam integralmente no processo de trabalho do grupo, mesmo que de forma incipiente, sobretudo no que diz respeito à rotatividade nas atividades do grupo.

## Considerações Finais

Este livro teve como objetivo analisar a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a continuação das experiências de geração de trabalho e renda no RS, desenvolvido em experiências de Economia Popular Solidária em Santa Maria localizada na região central. Obteve-se como resultados e contribuições previstas: a) contribuição para a produção de novos conhecimentos e informações sobre o tema; b) divulgação do CNPq enquanto instituição de fomento à pesquisa e produção de conhecimento científico; c) averiguação da viabilidade de experiências de geração de trabalho e renda coletivos no RS, que foram assessoradas pelo Programa de Economia Solidária; d) identificação das formas de inclusão social dos trabalhadores e seus familiares, por meio do aprimoramento do Programa de Economia Solidária; e) divulgação e visibilidade do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no RS.

Constatou-se que as experiências de Economia Popular Solidária surgiram, num primeiro momento, como alternativas criadas pelos trabalhadores para gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social suscitadas pela reestruturação do capitalismo.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinha sendo implantado no RS por meio de uma parceria estabelecida entre a SENAES e as instituições de apoio via editais e chamadas públicas. Ou seja, as instituições de apoio elaboravam projetos sociais que objetivam arrecadar recursos financeiros e adquirir auxílio. A SENAES, juntamente com órgãos de fomento, abria edital e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de apoio – governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela Senaes usufruíam dos recursos públicos, bem como de encontros de forma-

ção destinados às instituições de apoio, visando a capacitá-las e a fortalecer o vínculo entre elas.

O município de Santa Maria e região, delimitação desta pesquisa, destaca-se como um polo de Economia Solidária no Brasil. Constatou-se que o processo de parceria estabelecida nesta região, bem como no Brasil, entre o Estado e as instituições de apoio, e a forma existente de liberação de recursos (recursos esparsos – se equiparados à demanda – e forma de acesso) no RS, e possivelmente no Brasil, ainda estava em fase inicial, antes de ter sido interrompido e extinto.

Menciona-se que essa realidade vinculada ao programa, em relação à liberação de recursos e às formas que eram constituídas as parcerias com as instituições de apoio, poderia ter sido aprimorada, posto que o programa estava numa fase de implementação e consolidação. Cada estado e município poderia usufruir de setores específicos que dessem conta desse programa, de forma que o mesmo correspondesse ao processo de descentralização político-administrativa.

Apesar de suas limitações e incipiência, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possuía relevância social, pois contribuía à geração de renda e, conseqüentemente, à melhoria de vida desses trabalhadores inclusos nas experiências coletivas. Com base nessas informações, foram mapeadas e pesquisadas, na região central do RS, três instituições de apoio que possuíam alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES. As três instituições estavam atreladas à sociedade civil, posto que uma das instituições pesquisadas desenvolvia diretamente uma das atividades do Programa de Economia Solidária.

Verificou-se que as instituições da sociedade civil vinham se configurando como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, mediante seus processos de apoio, assessoria e/ou incubação. Constatou-se que a implantação deste Programa Social mesmo que incipientemente vinha se consolidando na cidade de

Santa Maria e região, visto que duas das instituições vincularam-se ao Programa logo no início de sua implementação. Porém, a maioria das experiências estavam na informalidade, pois apenas um dos grupos se constituía como uma cooperativa.

O trabalho de assessoria desenvolvido por parte das instituições, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, ocorria de maneira articulada entre as mesmas. Assim, verificou-se que as atividades e ações conjuntas desenvolvidas em parceria pelas instituições tinha proporcionado o fortalecimento do programa social, o que se constituiu numa concretização dos objetivos do programa, principalmente no que refere ao desenvolvimento local.

As instituições informaram que iam ao encontro dos objetivos do Programa de Economia Solidária, como, por exemplo: articulação local, estrutura, equipe, autogestão, parceria entre Governo e Sociedade Civil. Nisso, pode-se dizer que os objetivos que nortearam as instituições estavam de acordo com os objetivos desse programa, sendo eles: geração de renda e sua melhoria, sustentabilidade, desenvolvimento local, cidadania e transformação social.

Norteadas por esses objetivos, as instituições procuravam desenvolver um processo de assessoria/incubação. Porém, identificou-se que esse processo se daria de forma limitada, uma vez que a assessoria estava mais direcionada para o processo de comercialização do que de produção. Verificou-se também que a assessoria prestada pelas instituições estava mais centrada nas etapas de pré-incubação e incubação do que na etapa de pós-incubação. Este fator vinculava-se ao fato dos espaços de comercialização – terminais e feiras – serem cedidos pelas instituições. O que de forma contraditória também dificultou a autonomia dos empreendimentos.

Constatou-se que os trabalhadores entrevistados que integraram esses empreendimentos apresentavam as seguintes características: a maioria - 60% -, estava entre as faixas etárias de 50 a 60 anos; 80% eram mulheres; 80% possuíam Ensino Médio; e nenhum entrevistado se declarou analfabeto.



Esses dados são ilustrativos de que os sujeitos que integraram os empreendimentos coletivos eram trabalhadores que vivenciavam a situação de desemprego, de forma que percebiam o trabalho nas experiências como uma fonte de complementação de renda. Destaca-se que eram sujeitos com faixa etária bastante elevada, posto que se não estivessem incluídos nessas experiências, possivelmente estariam sem um rendimento mensal, acirrando a vulnerabilidade social; portanto, necessitavam do fomento do programa e do apoio das instituições para que pudessem ter uma vida com as necessidades básicas atendidas, além do processo de autorrealização dos sujeitos.

Outra característica relevante é de que a grande maioria dos empreendimentos pesquisados era formado por mulheres, demonstrando que estes empreendimentos se constituíam em espaços também de resistência às manifestações da questão social, onde as mulheres buscavam autonomia financeira e pessoal.

Sobre as informações mencionadas, percebeu-se que os que possuíam como diferencial a qualificação profissional e mais anos de escolaridade; compreendendo-se, assim, os empreendimentos como uma das formas de ampliação da divisão do trabalho coletivo.

Constatou-se, por meio da pesquisa, que dos empreendimentos pesquisados 60% trabalhavam com produtos artesanais. Observou-se, no entanto, que o artesanato ainda era bastante desenvolvido como atividade complementar.

A produção dos produtos ocorria na residência dos trabalhadores. Nisso, a renda obtida correspondia ao rendimento de toda família, o que ia ao encontro da informação de que a maioria dos trabalhadores entrevistados terem mais familiares inseridos nas experiências. Nesse sentido, não foi possível obter uma exatidão quanto ao rendimento individual dos trabalhadores, tanto pela renda ser familiar, como por esses trabalhadores não possuírem renda fixa e terem outras fontes de renda para além da Economia Popular Solidária.

Verificou-se então que, primeiramente, o que fez com que os trabalhadores se inserissem nesses empreendimentos coletivos foi a

possibilidade de gerar trabalho e renda para toda a família, a partir da viabilização da comercialização dos produtos. De acordo com os resultados obtidos pelos trabalhadores nessas experiências, verificou-se que ocorria a viabilidade econômica nos empreendimentos que trabalhavam no ramo alimentício.

O processo de trabalho realizado pelas experiências possuía como característica central os seguintes elementos: as atividades e as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores eram realizadas por meio de rodízio entre os sujeitos; a solidariedade entre os trabalhadores estava presente no processo de trabalho, especificamente na comercialização dos produtos; os trabalhadores possivelmente se identificavam com as atividades que realizavam (pois participavam de várias etapas que envolvia o trabalho); existiu o processo de conscientização dos trabalhadores, que se relacionou à realidade socioeconômica; os sujeitos informaram que participavam das decisões em reuniões, assembleias e/ou fóruns, alguns informaram que era importante participar para ficar a par das discussões; alguns trabalhadores contribuíram com a Previdência Social na categoria de autônomo, por meio de outra atividade, mas 40 % dos trabalhadores não contribuía, demonstrando a situação de informalidade e vulnerabilidade socioeconômica.

Constatou-se, ainda, que os trabalhadores entrevistados responderam que percebiam a diferença entre serem empregados ou cooperados/associados nesses empreendimentos coletivos. Alguns dos trabalhadores expuseram que a principal diferença estava na autonomia do trabalhador, principalmente, pela flexibilização dos horários, bem como a relação de solidariedade entre os trabalhadores. Isto lhes proporcionava o sentimento de responsabilidade pelas experiências em que estavam inseridos.

Pode-se referir, assim, que nessas experiências coletivas, mesmo com seus limites, existiam outras características que também são importantes, além do aspecto econômico, como a conscientização dos direitos e de cidadania, não se constituindo, então, apenas numa possibilidade de gerar trabalho e renda aos trabalhados. Essa organiza-

ção, esse modelo, a gestão diferenciada e a solidariedade eram importantes para a continuidade do empreendimento dentro da perspectiva do trabalho coletivo, tendo o programa social um papel de destaque, na medida em que possibilitava que as instituições parceiras contribuíssem para esta realidade.

Assim, a gestão desses empreendimentos se aproximou da gestão mais horizontal e democrática, pois estes sujeitos tentavam desenvolver e participar do processo de trabalho de uma forma diferenciada, elemento fundamental para a politização e conscientização desses trabalhadores.

As experiências de Economia Popular Solidária, portanto, objetivavam gerar trabalho e renda aos trabalhadores, mas também, pretendiam organizar de forma diferenciada o trabalho – em relação aos outros empreendimentos inseridos no sistema capitalista – tendo como base a participação e a cooperação entre os sujeitos. Enfatizava-se, entretanto, a importância de políticas sociais públicas que forneçam recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar esses sujeitos, bem como os empreendimentos em que estão inclusos. Este apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva o fortalecimento dos empreendimentos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos – direitos dos cidadãos.

Outra questão importante constatada nas experiências foi a incipiência no processo de reflexão acerca dos princípios básicos do cooperativismo, pois mesmo havendo espaços de conscientização e debates, há necessidade de maior apropriação por parte dos trabalhadores. Essas atividades realizadas em parcerias entre instituições podem ser fortalecidas, uma vez que a assessoria pode ir além dessas premissas básicas, auxiliando o empreendimento como um todo: estruturação, formação, conhecimento e aplicação dos princípios da Economia Solidária, regulamentação, gestão, relações interpessoais. Essas demandas que eram de caráter prolongado e que exigem planejamento e avaliação das instituições deveriam ser aprimoradas, para que, efetivamente, os empreendimentos consigam alcançar de forma

satisfatória os seus objetivos e tenham maior autonomia.

Outra questão que os trabalhadores expuseram foi a necessidade de qualificação e formação demonstrando a incipiência na assessoria. Percebeu-se a necessidade de ter mais espaços de formação e capacitação, por isso a importância da articulação e parcerias das instituições vinculadas ao programa com demais entidades da sociedade civil, como por exemplo: sindicatos, universidades, prefeituras. Esses segmentos podem estar colaborando na capacitação e qualificação dos trabalhadores, visto que, as instituições, em geral, não dispõem de profissionais e técnicos capacitados como técnicos agrícolas, assistentes sociais, advogados e engenheiros alimentícios.

Podemos citar também, como limites das assessorias, o fato desses empreendimentos se caracterizarem como sendo quatro grupos informais e uma cooperativa. Ou seja, a maioria das experiências coletivas não era regulamentada e, também, não se constituía como forma de organização produtiva “ideal” da Economia Popular Solidária, as cooperativas. A regulamentação faz parte do assessoramento das instituições.

Constatou-se que a Região central do RS, considerada um dos principais polos da Economia Solidária, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi consolidado de maneira bem inicial, seja pelas poucas quantidades de instituições vinculadas ao programa, pela forma de parceria estabelecida, pela maneira que o recurso financeiro vinha sendo gerido, liberado e aplicado e por meio das poucas atividades que estavam previstas pelo Programa e pela SENAES e que estavam sendo efetivadas na região.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a SENAES, entretanto, possuíam relevância devido ao fato de terem como intencionalidade contribuir para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas, que se constituem como uma das alternativas existentes para a geração de trabalho e renda no Brasil diante do desemprego, principalmente aos sujeitos que comumente estão em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente de

seus familiares, o que se necessitava era o aprimoramento desse programa social.

Ressalta-se que, primeiramente, os empreendimentos coletivos criados para as necessidades vinculadas com a sobrevivência desses sujeitos, para, num segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os Princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais, entre outros.

Tem-se como perspectiva neste estudo, portanto, que o Estado, por meio das instituições de apoio, pode e deve potencializar a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária – por intermédio dos objetivos e ações que estavam previstos pelo programa, mesmo que ainda de forma limitada, contraditória e incipiente. Menciona-se também que o aprimoramento do Programa era algo processual e contínuo.

Essa continuidade pode ser facilitada pelas entidades que apoiavam esses grupos, sendo através da organização de feiras, na organização administrativa e na formação política dos sujeitos envolvidos. O caminho para a sustentabilidade se aproximava ainda mais do seu destino final, se as entidades de apoio se vinculassem ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento do governo Federal.

Por fim, destaca-se a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda. Enfatiza-se a importância do apoio do governo e de instituições às experiências que constituem a Economia Popular Solidária. Esses empreendimentos coletivos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social – matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais.

## Referências

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações na era da mundialização do capital. **Educação e sociologia**, Campinas, Vol. 25, nº 87, p. 335-351. maio/ago. 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Almedina, 2011.

BRASIL; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>> Acesso em 21 de novembro de 2011.

BRASIL; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-4.htm>> Acesso em: 21 de novembro de 2011.

BRASIL; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Objetivos**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/objetivos.htm>> Acesso em 21 de dezembro de 2011.

BRASIL; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil Local**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/brasil-local.htm>> Acesso em: 16 de dezembro de 2011.

BRASIL; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema nacional de Comércio Justo e Solidário**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario/>> Acesso em 21 de novembro de 2011.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria I. B (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE). Manual de formulação e avaliação de projetos sociais. Cepal, 1995.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privadas do (a) Assistente Social**: em questão. Brasília/DF, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CIEE. **Centro de Integração Empresa – Escola**. Disponível em: <<http://www.ciee.org.br/portal/institucional/oquee.asp>> Acesso em 20 de dezembro de 2011.

CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. Documento Base. In: Cadernos Unijuí, 2006.

DAGNINO, Renato. Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza: a economia solidária e a adequação sócio técnica. In: **Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Sala de Lectura CTS+I de la OEI. 2002. Disponível em: < <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino5.htm>> Acesso: Vários acessos.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 11 Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Polêmicas do nosso tempo).

DE PAULA, J. **Desenvolvimento e gestão compartilhada**. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária; Governo Federal; Ritz, 2001.

ECONOMIA Solidária. Campanha Nacional de divulgação e mobilização social.

Manual para Formadores. **Descobrimos a outra economia que já acontece**. MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 - Brasília, DF, 2007.

FETRAF SUL <<http://www.fetrafsul.org.br/>> Acesso em: 19 de dezembro de 2011. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária** <<http://www.fbes.org.br/index.php?option=comcontent&task=view&id=63&Itemid=60>> Acesso em: 28 de março de 2012.

GAIGER, Luís Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A Economia Solidária**

**ria no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf)> Acesso em 16 de dezembro de 2011.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=376](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=376)> Acesso em 10 de março de 2012.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 28. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

LEI Orgânica de Assistência Social. In: **Coletânea de Leis,** CRESS 10ª Região - Gestão 2002/2005, Porto Alegre, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** ed 34. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PARALAMAS DO SUCESSO. **Capitão de indústria.** Rio de Janeiro: EMI Records Brasil Ltda, 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fsPVz82ihr>> Acesso em 8 abr. 2019.

PROJETO Esperança/Cooesperança. Disponível em: < [http://www.esperanca.coesperanca.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=121&Itemid=7](http://www.esperanca.coesperanca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=7)> Acesso em 18 de novembro de 2011.

PROJOVEM. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens.** Disponível em:

< <http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=13>> Acesso em: 20 de dezembro de 2011.



SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

T319. **Termo de Referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007**. Brasília: MTE, Senaes, 2005.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Temporalis, São Paulo, v. 3, 2001.